

2013



GONDOMAR

é D'ouro

RELATÓRIO DE GESTÃO
E PRESTAÇÃO DE CONTAS



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2013 ficou marcado, decisivamente, pela realização de eleições autárquicas, no que à vida do poder local diz respeito.

No caso de Gondomar, este ato eleitoral, traduziu-se na descontinuidade da liderança autárquica que vinha sendo exercida durante os últimos 20 anos. Um novo executivo iniciou funções no dia 24 de outubro de 2013.

Seria expectável e desejável que ao nível da prestação de contas do ano económico de 2013 se pudesse dividir os documentos em períodos correspondentes aos dos dois executivos que estiveram em funções. No entanto, por decisão do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL), do qual fazem parte representantes da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), das cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), acompanhados por representantes da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas, foi aprovado entendimento diverso. Assim, e desde que devidamente identificados os titulares dos órgãos municipais, em relação nominal, de um e de outro mandato, não haverá documentos de prestação de contas intercalares.

Contudo, e até por compromisso eleitoral assumido, o novo executivo municipal em funções contratualizou a execução de uma auditoria externa com data de corte a 23 de outubro. Esta auditoria, que se encontra em fase de conclusão, permitirá obter uma visão externa por entidade idónea e credível com experiência no mercado e aferir a real situação financeira até ao final do anterior mandato.

De salientar que o desvio na execução da receita em cerca de 13 milhões (taxa de execução=86%) e o desvio na execução da despesa em cerca de 18,5 milhões (taxa de execução= 80%) gerou um saldo a transitar do exercício de 2013. No entanto, decisões judiciais adversas ao município vieram a consumir praticamente todo o saldo a transitar.

Aliás a perspetiva de decisões judiciais adversas, relativas a processos pendentes pesa sobre o atual executivo e poderá condicionar futuras execuções orçamentais.

Relativamente ao endividamento do município, é de referir que as regras de cálculo para o exercício de 2013 estipuladas pela Lei das Finanças Locais no seu artigo 37º não só colocava o município de Gondomar dentro dos limites legais, como ainda lhe permitia contrair crédito, no entanto, a publicação da Lei 73/2013 de 3 de setembro vem alterar esta situação. De facto, o artigo 52º número 1 vem, mais uma vez, alterar o limite de endividamento dos municípios fixando-o em 1,5 vezes o valor médio da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Para o caso de Gondomar significa isto que o município está, não só inibido de recorrer ao crédito, mas também obrigado a reduzir, anualmente, em 10% o valor excedente face ao limite permitido. Muito para além dos constrangimentos orçamentais que esta alteração legislativa veio implicar está também o condicionamento de futuros investimentos e até de candidaturas a fundos onde haja necessidade de comparticipação própria como será, certamente, o caso do próximo quadro comunitário de apoio.

Os presentes documentos de prestação de contas evidenciam, portanto, opções políticas mas são, acima de tudo, um instrumento técnico de resumo da atividade anual do município. Tendo em conta o elevado valor dos recursos humanos do município afetos às tarefas financeiras e contabilísticas e a certificação legal de contas pelo Revisor Oficial de Contas que acompanhará estes documentos, considero que os órgãos aos quais será apresentado terão fundados motivos para os aprovar.



Índice	Página
I - ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO	2
Assembleia Municipal	3
Câmara Municipal	6
II - ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO	7
III- ANÁLISE ORÇAMENTAL	9
3.1.Receita	15
3.2.Despesa	26
3.3.Passivo Municipal	34
3.4.Grandes Opções do Plano	37
IV – ANÁLISE PATRIMONIAL	42
Balanços e Demonstração de Resultados	43
Anexos às Demonstração Financeiras	58
V – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	72
MAPA DE ACORDOS DE PAGAMENTO	81
CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	82

ANEXO

MAPAS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



I - ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

I. ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****(DE 01/01/2013 A 23/10/2013)**

<u>Presidente:</u>	José Joaquim Ferreira Matias Alves
<u>1º Secretário:</u>	Carlos Manuel Pereira Santos Castro
<u>2º Secretário:</u>	Rosa da Gloria Cardoso Gomes
	Agostinho José Nogueira Duarte Silva
	Alfredo Manuel Durães Machado
	Álvaro Aníbal da Silva Cerqueira
	Aníbal Jaime Gomes Lira
	António Albino J. Araújo Ramos das Neves
	António José Ribeiro Bráz
	António Luís Pimenta Dias (até 25/01/2013)
	António dos Santos Carvalho
	Bento Silvério Martins Lopes
	Carlos Alberto Silva Brás
	Carmen Maria Martins de Castro Rocha
	Carolina Alexandra Nogueira D. Sousa Cunha
	Cláudia Patrícia Santos Nogueira Martins
	Cristina Alexandra Marques Nogueira
	Daniel Filipe Oliveira Vieira
	Delmira dos Santos Mendes Queirós
	Guilherme Martins da Cruz
	Idalina Maria da Rocha Almeida
	Isidro Ferreira de Sousa
	João Pedro Rodrigues de Sousa
	João Vasco Fernandes Loureiro
	Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo
	Joaquim dos Santos Viana
	Jorge Filipe Vieira Correia
	José António Correia Martins Ferreira
	José António da Silva Macedo
	José Augusto Pereira Gonçalves de Oliveira
	José Valpaços Magalhães (a partir de 25/01/2013)
	Laurentino Martins Ferreira Ramos

Manuel Afonso de Sousa Guedes
Manuel António Leite dos Santos
Marco André dos Santos Martins Lopes
Maria Fernanda Vieira Ferreira da Rocha
Maria Rosa de Sousa Oliveira
Maribel Santos Fernandes
Nuno Miguel Ribeiro Coelho
Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira
Pedro Querido Figueiredo Bragança Ribeiro
Rui Manuel Lourido Nóvoa
Rui Manuel Pereira de Almeida
Silvino de Sousa Paiva
Teresa M^a Moreira Martins Ferreira de Oliveira
Vitor Damião França Almeida

(DE 24/10/2013 A 31/12/2013)

Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira
1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva
2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos
Ana Catarina de Sousa Pão Trigo
Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio
António José Valpaços Magalhães
António da Silva Sá Casal
Bruno Miguel Martins Vieira
Carlos Alberto Sousa da Costa
Carlota Ferreira Brás César Teixeira
Carmina Maria dos Santos Lopes
Daniel Filipe Oliveira Vieira
Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria
Felisberto Ribeiro Almeida
Fernando Alício Barreira Morais
Fernando Cerqueira
Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira
Isidro Ferreira de Sousa
Ivo Daniel Moreira Capas
Joana Daniela Baldaia de Resende



José António da Silva Macedo
José Manuel Soares de Andrade
João Pedro Rodrigues de Sousa
José António da Silva Monteiro
Licínio dos Anjos Bandeira e Silva
Luís Afonso da Silva Pinto da Costa
Manuel António Leite dos Santos
Margarida Maria Oliveira da Silva
Maria Rosa de Sousa Oliveira
Mário Fernando Soares Filipe
Marta Filipa Brito da Fonseca
Nelson Jorge Sousa Neves
Nuno Miguel Peixoto da Silva (a partir de 18/11/2013)
Nuno Miguel Ribeiro Coelho
Nuno Filipe Brito da Fonseca
Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira
Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva (até 18/11/2013)
Rui Manuel Lourido Nóvoa
Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia
Rui da Mota Correia

CÂMARA MUNICIPAL**(DE 01/01/2013 A 23/10/2013)****Presidente:**

- Valentim dos Santos de Loureiro

Vice-Presidente:

- José Luís da Silva Oliveira

Vereadores:

- Fernando Paulo Ribeiro de Sousa
- Daniela Jorge Pinto de Loureiro Himmel
- Joaquim Manuel Moura Castro Neves
- Justino da Cruz Santos
- Arménio Lino Martins
- Carlota Ferreira Brás César Teixeira
- Rui Ferreira de Espinheira Quelhas
- Leonel Arcanjo Neves Viana
- Maria Isabel Coelho Santos

(DE 24/10/2013 A 31/12/2013)**Presidente:**

- Marco André dos Santos Martins Lopes

Vice-Presidente:

- Luís Filipe Castro de Araújo

Vereadores:

- Carlos Alberto Silva Brás
- Hélder Vasco dos Santos Figueiredo
- Joaquim dos Santos Barbosa
- José Fernando da Silva Moreira
- Maria Aurora Moura Vieira
- Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho
- Rosalina Sofia Neves Martins
- Rui Ferreira de Espinheira Quelhas
- Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão



II - ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

II. ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR

1. Órgão da Autarquia

Do Município:

- | | |
|------------------------|----------------------|
| - Assembleia Municipal | - Órgão Deliberativo |
| - Câmara Municipal | - Órgão Executivo |

2. Serviços de Assessoria e Apoio Instrumental:

- ◆ Gabinete da Presidência
- ◆ Gabinete de Apoio às Freguesias
- ◆ Gabinete de Comunicações e Relações Públicas
- ◆ Departamento Jurídico
- ◆ Departamento Financeiro
- ◆ Departamento de Adm. Geral e Recursos Humanos

3. Serviços Operativos:

- ◆ Departamento de Desenvolvimento do Potencial Humano e Local
- ◆ Gabinete de Protecção Civil
- ◆ Polícia Municipal
- ◆ Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares
- ◆ Departamento de Obras Municipais
- ◆ Departamento de Planeamento e Património
- ◆ Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos
- ◆ Departamento de Habitação



III - ANÁLISE ORÇAMENTAL

INTRODUÇÃO

É da competência do Órgão Executivo do Município apresentar, anualmente, para aprovação, os documentos de **Prestações de Contas** do exercício do ano anterior.

De acordo com o ponto 2 do POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, aprovado pelo DL nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99 de 14 de Setembro, os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão.

O presente Relatório inclui, entre outros elementos, a análise do Balanço e Demonstração de Resultados, da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, e uma análise comparativa da evolução das Receitas e das Despesas relativamente ao ano anterior.

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

No ano de 2013, a receita total cobrada, foi de 77 613 547,35 €, o que, acrescida do saldo inicial no valor de 148 670,72€, perfaz o montante global de 77 762 218,07€.

A despesa realizada no ano de 2013 foi de 72 242 287,31€, pelo que, o valor do saldo que passa para Gerência seguinte é de 5 519 930,73 €.

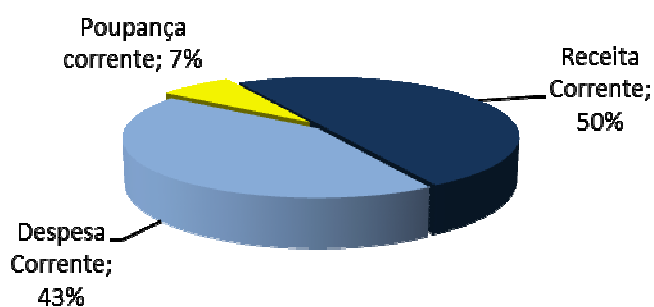
RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Saldo da Gerência Anterior	148.671	0%	Despesa Corrente	50.229.441	65%
Receita Corrente	58.610.584	75%	Despesa de Capital	22.012.846	28%
Receita de Capital	19.002.964	24%	Saldo de Gerência	5.519.931	7%
TOTAL	77.762.218	100%	TOTAL	77.762.218	100%

Do quadro acima verifica-se que 75% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto que, as despesas correntes representam 65% da Despesa Total.

A poupança corrente obtida foi de 8 381 143 Euros, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

Receita Corrente	58.610.584	Receita de Capital	19.002.964
Despesa Corrente	50.229.441	Despesa de Capital	22.012.846
Poupança corrente	8.381.143	Desvio	-3.009.883

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do Pocal, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.



RECEITAS		DESPESAS	
Saldo da Gerência Anterior	148.671	0%	
Receitas Próprias			
Receitas Próprias Correntes			
Impostos Directos	22.312.470		Despesas de Funcionamento
Outras Receitas Próprias	12.274.043		Despesas do Pessoal
Receitas Próprias de Capital	726.534		Aquisição de Bens e Serviços
		45%	Outras Despesas
			753.493
			42.895.778
			55%
Serviço da Dívida			8.064.662
			10%
Investimento Global			
Investimento Directo	13.503.990		
Transferências de Capital	1.255.153		
			19%
Transferências correntes			4.560.177
Outras despesas de capital	1.178.855		2%
DESPESAS TOTAIS	71.458.616		
Saldo de Gerência	6.303.602		8%
TOTAL	77.762.218	100%	77.762.218
			100%

A estrutura da Prestação de Contas segue a lógica metodológica dos anos anteriores, apresentando-se a seguinte desagregação:

RECEITA

Receitas Próprias;

Transferências;

Passivos Financeiros;

DESPESA

Despesas de Funcionamento;

Serviço da Dívida;

Investimento Global;

Transferências Correntes

A análise da Execução das Grandes Opções do Plano será realizada por objectivos.

Será apresentada, em cada uma das rubricas, uma análise da evolução da Receita e da Despesa, para além da análise dos desvios verificados entre os valores Orçamentados e os Executados, quer na Receita, quer na Despesa.

Nota: Os valores apresentados nos diversos quadros são em euros, pelo que, poderá haver alguma discrepância nas somas, devido aos arredondamentos.

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

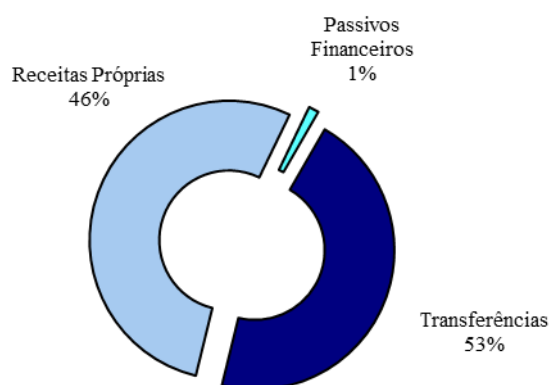
RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Saldo da Gerência Anter	148.671	0%	Despesa Corrente	50.229.441	65%
Receita Corrente	58.610.584	75%	Despesa de Capital	22.012.846	28%
Receita de Capital	19.002.964	24%	Saldo de Gerência	5.519.931	7%
TOTAL	77.762.218	100%	TOTAL	77.762.218	100%

Indicadores da Execução Orçamental

	2012	2013
Receita total / Despesa total	100%	108%
Receita própria/ Despesa total	51%	49%
Impostos directos/ Receita Total	33%	29%
Fundos municipais / Receita Total	24%	22%
Passivos financeiros/ Receita Total	10%	4%
Transferências obtidas/ Receita Total	44%	9%
Despesa de funcionamento / Despesa total	60%	61%
Despesas do pessoal / Despesa total	34%	33%
Aquisição de bens e serviços correntes / Despesa total	25%	27%
Serviço da dívida / Despesa total	11%	5%
Aquisição de bens de investimento / Despesa total	19%	22%
Despesas do pessoal / Fundos Municipais	139%	136%
Serviço da Dívida / Receita Própria	22%	11%

3.1 - RECEITA

RECEITAS	Execução (€)		%
Receitas Próprias		35.313.047	45%
Receitas Próprias Correntes			
Impostos Directos	22.312.470		29%
Outras Receitas Próprias	12.274.043		16%
Receitas Próprias de Capital	726.534		1%
Transferências		41.390.800	53%
Fundos Municipais	17.438.460		22%
Exterior	12.401.893		16%
Outras	11.550.447		15%
Passivos Financeiros		909.700	1%
RECEITAS TOTAIS		77.613.547	100%



3.1.1 CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA

No ano de 2013 a Receita cobrada pelo Município foi de 77 613 547 euros, mais 10% do que o valor arrecadado no ano anterior. Este acréscimo resulta essencialmente das comparticipações obtidas, para a construção e remodelação das escolas EB 2.3 de Gondomar e Rio Tinto, entre outras.

Receita	2012	2013	Cresc. 12/13
Receitas Próprias	36.638.277	35.313.047	-4%
Receitas Próprias Correntes	36.301.644	34.555.258	-5%
Receitas Próprias de Capital	5.611	726.534	12848%
Reposições não abatidas nos pagamentos	331.023	31.255	-91%
Transferências	31.157.976	41.390.800	33%
Passivos Financeiros	3.000.000	909.700	-70%
TOTAL	70.796.253	77.613.547	10%

RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas decorrentes da gestão corrente da Autarquia definem-se como Receitas Próprias, e compreendem, entre outras, a cobrança, de impostos e taxas, efectuada directamente, quer pela Administração Central, quer pela Administração Local.

Receitas Próprias	2012	2013	Cresc. 12/13
Receitas Próprias Correntes	36.301.644	34.555.258	-5%
Impostos Directos	23.902.950	22.312.470	-7%
Outras Receitas Próprias Correntes	12.398.694	12.242.789	-1%
Receitas Próprias de Capital	5.611	726.534	12848%
Reposições não abatidas nos pagamentos	331.023	31.255	-91%
TOTAL	36.638.277	35.313.047	-4%

Comparativamente com o ano anterior, as Receitas Próprias decresceram 4%, atingindo um montante de 35 313 047 euros.

IMPOSTOS DIRETOS

A receita resultante da cobrança de Impostos Directos foi de 22 312 470 euros, menos 1 580 480 euros comparativamente a 2012.

Impostos Directos	2012	2013	Cresc. 12/13
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis + Autarquia	16.048.593	14.820.246	-8%
IUC - Imposto Único de Circulação	2.683.764	3.401.355	27%
IMT - Imposto Municipal s/ Transmissão de Imóveis + Sisa	2.890.243	2.000.435	-31%
Derramas	2.280.350	2.090.434	-8%
TOTAL	23.902.950	22.312.470	-7%

Esta diminuição de 7%, em relação ao valor cobrado em 2012, resulta, fundamentalmente, da diminuição do IMI, derivado do processo de avaliação patrimonial.

OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS

Desta rubrica fazem parte todas as receitas próprias cobradas directamente pela Autarquia:

Outras Receitas Próprias	2012	2013	Cresc. 12/13
Impostos Indirectos	917.485	780.125	-15%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	796.179	727.498	-9%
Rendimentos de Propriedades	3.071.618	3.390.207	10%
Venda de Bens e Serviços	7.485.212	7.188.311	-4%
Outras Receitas Correntes	128.199	156.648	22%
TOTAL	12.398.694	12.242.789	-1%

As outras receitas próprias atingiram um montante de 12 242 789 euros, menos 1 % do valor cobrado no ano anterior.

RECEITAS PRÓPRIAS DE CAPITAL

A Receita Própria de Capital compreende a Venda de Bens de Investimento e a rubrica de Outras Receitas. A venda de Bens de Investimento, depende dos bens patrimoniais que a Autarquia pretenda alienar anualmente.

Receitas Próprias de Capital	2012	2013	Cresc. 12/13
Venda de Bens de Investimento	5.611	726.534	12 848%
TOTAL	5.611	726.534	12 848%

A receita proveniente desta rubrica, resulta da venda de viaturas de recolha de resíduos sólidos, no âmbito do processo da contratação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana

TRANSFERÊNCIAS

Nesta rubrica, para além dos Fundos Municipais, estão incluídos os fundos provenientes de Programas Nacionais, os fundos provenientes de Programas Comunitários e de outras entidades privadas ou públicas.

O montante das transferências de outras entidades foi de 41 390 890 euros, mais 33% do valor obtido em 2012. A variação mais significativa respeita às verbas provenientes do Exterior, nomeadamente dos projetos de construção e Beneficiação das EB 2.3. de Gondomar e Rio Tinto, financiados pelo QREN, que já se encontram praticamente concluídos .

Tansferências	2012	2013	Cresc. 12/13
Transferências correntes			
Fundos Municipais	13.079.176	15.258.818	17%
Outras	7.885.573	8.765.253	11%
Transferências de capital			
Fundos Municipais	4.359.284	2.179.642	-50%
Exterior	4.901.355	12.401.893	153%
Outras	932.588	2.785.194	199%
TOTAL	31.157.976	41.390.800	33%

A rubrica Outras Transferências Correntes inclui as seguintes participações:

- DREN – acordos de cooperação
 - Delegação de competências pessoal não docente 5 539 336 €
 - Atividades Extra Curriculares 840 787 €
 - Componente de Apoio à Família 1 461 567 €
 - Transportes escolares 5 700 €
 - Refeições escolares 133 958 €
 - Outros 180 000 €

• DGAL - transportes escolares	83 357 €
• IEFP – GIP	16 524 €
• IEFP – Feira de Artesanato	3 800 €
• Instituto Solidariedade Social	24 942€
• IFAP – Instituto Financiamento Agricultura e Pescas	18 252 €
• Fundo Florestal Permanente	12 200 €
• Plano de Emergência	20 708 €
• Metropolis	179 659 €
• POPH – estágios Profissionais	6 110 €
• AMP – Programa de Emergência Social	175 355 €
• DGAI – Recenseamento e processo eleitoral	56 137 €
• Instituto do Livro – Biblioteca	6 861 €

As outras transferências de capital referem-se aos seguintes programas:

DREN

• Escola EB 2.3. de Gondomar	114 556€
• Escola EB 2.3. de Rio Tinto	75 391 €

DGOTDU

• Programa POLIS	1 475 617 €
------------------	-------------

IHRU

• Programa Pro-Habita – 43 fogos em Vila Verde	1 119 630 €
--	-------------

As transferências do exterior referem-se aos seguintes programas comunitários:

QREN

• Centro Escolar de Carvalhal - Mó	144 929 €
• Centro Escolar de Baguim do Monte	381 547 €
• Parque Tecnológico e de Negócios de Ourivesaria	2 766 453 €
• Escola EB 2.3. de Gondomar	4 698 601€
• Escola EB 2.3. de Rio Tinto	4 252 660 €
• Plano Municipal de Emergência	62 537 €
• Programa Metropolis Digital	95 166 €

PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os empréstimos utilizados, a seguir discriminados

- Empréstimo de financiamento à aquisição de
43 fogos em Vila Verde 909 700 €

3.1.2. ANÁLISE DOS DESVIOS ENTRE AS RECEITAS PREVISTAS E AS REALIZADAS

Neste capítulo será analisada a execução orçamental do ano de 2013.

A receita cobrada, no ano de 2013, foi de 77 613 547 euros, a que corresponde uma execução orçamental de **86%** do valor previsto.

Receita	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
Receitas Próprias	42.279.650	35.313.047	-6.966.603	84%
Receitas Próprias Correntes	37.828.150	34.555.258	-3.272.892	91%
Receitas Próprias de Capital	4.441.500	726.534	-3.714.966	16%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10.000	31.255	21.255	313%
Transferências	47.494.297	41.390.800	-6.103.497	87%
Passivos Financeiros	909.699	909.700	1	100%
TOTAL	90.683.646	77.613.547	-13.070.099	86%

RECEITAS PRÓPRIAS

As Receitas Próprias atingiram o montante de 35 313 047 euros, a que corresponde uma execução de 84% do valor estimado, conforme se verifica no quadro abaixo.

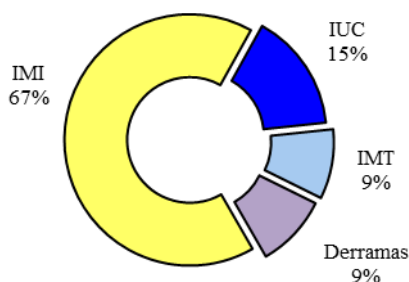
Receitas Próprias	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
Receitas Próprias Correntes	37.828.150	34.555.258	-3.272.892	91%
Impostos Directos	24.590.300	22.312.470	-2.277.830	91%
Outras Receitas Próprias Correntes	13.237.850	12.242.789	-995.061	92%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10.000	31.255	21.255	313%
Receitas Próprias de Capital	4.441.500	726.534	-3.714.966	16%
TOTAL	42.279.650	35.313.047	-6.966.603	84%

IMPOSTOS DIRETOS

Em 2013 o Município registou o valor de 22 312 470 euros de receita com a cobrança de Impostos Directos, a que corresponde uma taxa de execução de 91% relativamente ao valor estimado, conforme as normas de previsão estabelecidas no POCAL, em sede de Orçamento.

Impostos Directos	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis + Autárquica	16.512.000	14.820.246	-1.691.754	90%
IUC - Imposto Único de Circulação	2.436.200	3.401.355	965.155	140%
IMT - Imposto Municipal s/ Transmissão de Imóveis + Sisa	3.442.100	2.000.435	-1.441.665	58%
Derramas	2.200.000	2.090.434	-109.566	95%
TOTAL	24.590.300	22.312.470	-2.277.830	91%

Dentro dos Impostos Directos, o IMI é a receita fiscal de maior grandeza, como se pode verificar no gráfico a seguir.



OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS

As Outras Receitas Próprias atingiram uma execução orçamental de 92% relativamente ao valor estimado inicialmente.

Outras Receitas Próprias	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
Impostos Indirectos	1.146.050	780.125	-365.925	68%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	985.300	727.498	-257.802	74%
Rendimentos de Propriedades	2.950.000	3.390.207	440.207	115%
Venda de Bens e Serviços	8.006.500	7.188.311	-818.189	90%
Outras Receitas Correntes	150.000	156.648	6.648	104%
TOTAL	13.237.850	12.242.789	-995.061	92%

RECEITAS PRÓPRIAS DE CAPITAL

As Outras Receitas Próprias são constituídas, essencialmente, pela receita proveniente da venda de bens de investimento, nomeadamente de terrenos e de casas de habitação e equipamento.

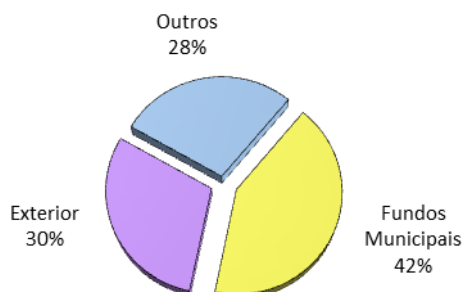
Em 2013, o Município vendeu as viaturas de recolha de resíduos sólidos, no âmbito do contrato celebrado referente ao serviço de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana.

Receitas Próprias de Capital	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
Venda de Bens de Investimento	4.441.000	726.534	-3.714.466	16%
Outras Receitas de Capital	500	0	-500	0%
TOTAL	4.441.500	726.534	-3.714.966	16%

TRANSFERÊNCIAS

A rubrica das Transferências inclui os valores transferidos para o Município referente aos Fundos Municipais e às comparticipações dos Fundos Comunitários e de Programas Nacionais.

Transferências	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
Transferências Correntes				
Fundos municipais	15.258.818	15.258.818	0	100%
Outras	8.469.904	8.765.253	295.349	103%
Transferências de capital				
Fundos municipais	2.179.642	2.179.642	0	100%
Exterior	16.289.045	12.401.893	-3.887.152	76%
Outras	5.296.888	2.785.194	-2.511.694	53%
TOTAL	47.494.297	41.390.800	-6.103.497	87%



Exterior

As comparticipações dos Fundos Comunitários obtiveram uma realização de 76% do valor esperado.

Exterior	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
URBAN	55.477		-55.477	0%
QREN	16.233.568	12.401.893	-3.831.675	76%
TOTAL	16.289.045	12.401.893	-3.887.152	76%

Transferências de Capital - Outros Programas

As comparticipações de programas nacionais tiveram uma execução de 53% relativamente ao montante orçamentado. Da verba em dívida, referente ao programa POLIS, no valor de 3 366 886 euros e que devia ter sido totalmente paga até 2012, só foi transferido o montante de 1 475 617 euros, no início do ano de 2013, tendo parte restante de 1 891 269 euros dividida em 3 tranches a transferir em 2014,2015 e 2016.

Outros Programas	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
POLIS	3.366.886	1.475.617	-1.891.269	44%
Habituação Social	1.119.630	1.119.630	0	100%
Escolas EB 2,3	809.372	189.947	-619.425	23%
Outros	1.000	0	-1.000	0%
TOTAL	5.296.888	2.785.194	-2.511.694	53%

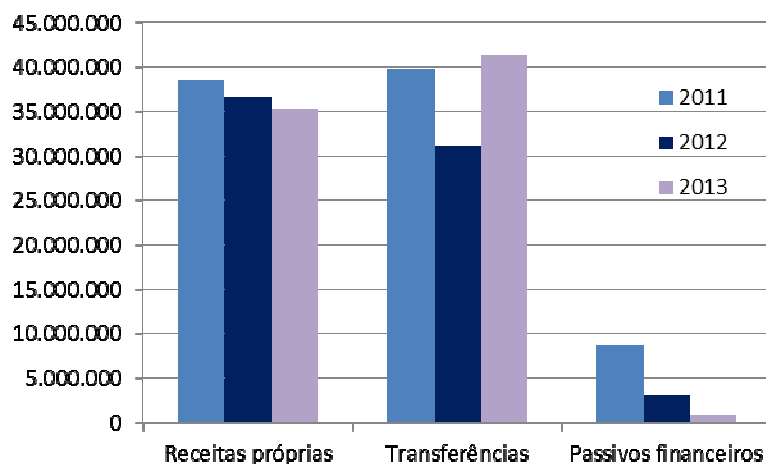
PASSIVOS FINANCEIROS

No ano de 2012 foi contratado um empréstimo com o IHRU, destinado ao financiamento à aquisição de 43 fogos , em Vila Verde, no âmbito do programa Pró-Habita.

Passivos Financeiros	Orçamento	Execução	Desvio	Taxa Exec.
Habituação Social	909.699	909.700	1	100%
TOTAL	909.699	909.700	1	100%

3.1.3.EVOLUÇÃO DAS RECEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

RECEITA	2011	%	2012	%	2013	%
Receitas próprias	38.571.265	44%	36.638.277	52%	35.313.047	45%
Receitas Próprias Correntes	37.793.775	43%	36.301.644	51%	34.555.258	45%
<i>Impostos Directos</i>	<i>24.177.776</i>	<i>28%</i>	<i>23.902.950</i>	<i>34%</i>	<i>22.312.470</i>	<i>29%</i>
Imposto Sobre Veículos	2.366.486	3%	2.683.764	4%	3.401.355	4%
IMI +Contribuição Autarquica	15.710.268	18%	16.048.593	23%	14.820.246	19%
Derrama	2.640.518	3%	2.280.350	3%	2.090.434	3%
IMT +Imposto de Sisa	3.460.502	4%	2.890.243	4%	2.000.435	3%
<i>Outras Receitas Próprias</i>	<i>13.616.000</i>	<i>16%</i>	<i>12.398.694</i>	<i>18%</i>	<i>12.242.789</i>	<i>16%</i>
Impostos Indirectos	1.324.637	2%	917.485	1%	780.125	1%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.105.284	1%	796.179	1%	727.498	1%
Rendimentos de Propriedade	2.574.148	3%	3.071.618	4%	3.390.207	4%
Venda de Bens e Serviços	8.428.120	10%	7.485.212	11%	7.188.311	9%
Outras Receitas Correntes	183.811	0%	128.199	0%	156.648	0%
Reposições não abatidas	147.937	0%	331.023	0%	31.255	0%
Receitas Próprias de Capital	629.552	1%	5.611	0%	726.534	1%
Vendas de Bens de Investimento	490.492	1%	5.611	0%	726.534	1%
Outras Receitas de Capital	139.060	0%	0	0%	0	0%
Transferências	39.765.605	46%	31.157.976	44%	41.390.800	53%
Fundos Municipais	18.355.042	21%	17.438.460	25%	17.438.460	22%
Outras Transferências	21.410.563	25%	13.719.516	19%	23.952.340	31%
Passivos financeiros	8.730.000	10%	3.000.000	4%	909.700	1%
TOTAL	87.066.870	100%	70.796.253	100%	77.613.547	100%

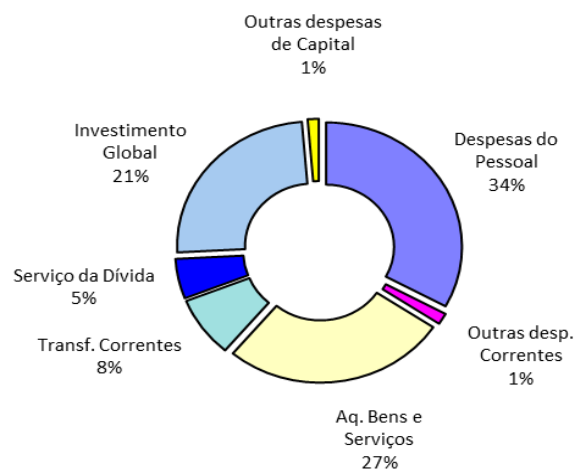


É de salientar que a receita tem vindo a sofrer um decréscimo resultante dos cortes sucessivos dos Fundos Municipais. Desde 2010, não só não foram actualizados em 5%, conforme prevê a Lei de Finanças Locais, como ainda sofreram, nos 4 últimos anos, um corte de cerca de 13,2%, conforme quadro abaixo.

Ano	2008	2009	2010		2011	2012	2013
			(OE inicial)	(PEC)			
Valor	18.214.336	19.125.053	20.081.306	19.321.097	18.355.042	17.438.460	17.438.460
Variação anual	867.349,00	910.717	956.253	-760.209	-966.055	-916.582	0
Variação anual (%)	5,00%	5,00%	5,00%	-3,79%	-5,00%	-4,99%	0,00%

3.2. - DESPESA

DESPESA	Execução 2013	%
Despesas do Pessoal	23 769 940	33%
Remunerações do Pessoal	18.131.965	25%
Outras Despesas Com o Pessoal	5.637.974	8%
Aquisição de Bens e Serviços	19.332.549	27%
Aquisição de Bens	4.992.719	7%
Aquisição de Serviços	14.339.830	20%
Outras Despesas Correntes	1.058.198	1%
Serviço da Dívida	3.737.091	5%
Encargos Financeiros	391.244	1%
Passivos Financeiros	3.345.847	5%
Investimento Global	17 717 000	25%
Investimento Directo	16.158.681	22%
Transferências de Capital	1.558.318	2%
Transferências correntes	5.677.510	8%
Outras despesas de Capital	950.000	1%
TOTAL	72 242 287	100%



3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA

Na apresentação da despesa seguimos a seguinte metodologia:

Despesas de Funcionamento

Serviço da Dívida

Investimento Global

Transferências Correntes

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA DESPESA

A despesa paga em 2013 atingiu o montante de 72 242 287 euros, mais 1%, comparativamente ao ano anterior.

DESPESA	2012	2013	Cresc. 12/13
Despesas de Funcionamento	42.895.778	44.160.687	3%
Despesas do Pessoal	24.254.927	23.769.940	-2%
Aquisição de Bens e Serviços	17.887.358	19.332.549	8%
Outras Despesas Correntes	753.493	1.058.198	40%
Serviço da Dívida	8.064.662	3.737.091	-54%
Investimento Global	14.759.144	17.717.000	20%
Transferências correntes	4.560.177	5.677.510	25%
Outras despesas de Capital	1.178.855	950.000	-
TOTAL	71.458.616	72.242.287	1%

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

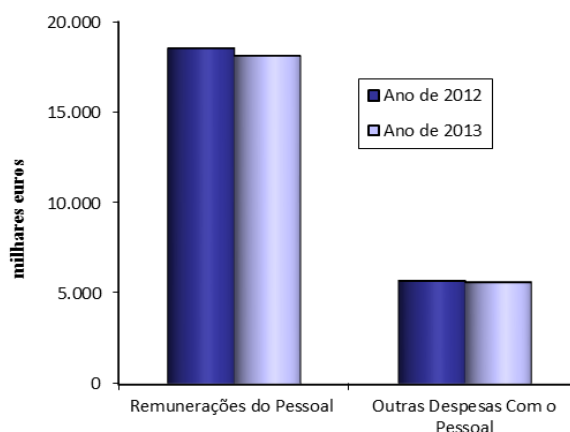
As Despesas de Funcionamento são as despesas que o Município tem de suportar com a sua estrutura fixa e incluem todas as despesas de natureza corrente deduzidas das transferências e dos encargos financeiros.

As Despesas de Funcionamento atingiram o montante de 44 160 687 euros, mais 3% comparativamente ao ano anterior.

Despesas de Funcionamento	2012	2013	Cresc. 12/13
Despesas do Pessoal	24.254.927	23.769.940	-2%
Remunerações do Pessoal	18.542.431	18.131.965	-2%
Outras Despesas com o Pessoal	5.712.496	5.637.974	-1%
Aquisição de Bens e Serviços	17.887.358	19.332.549	8%
Aquisição de Bens	4.977.511	4.992.719	0%
Aquisição de Serviços	12.909.847	14.339.830	11%
Outras Despesas Correntes	753.493	1.058.198	40%
TOTAL	42.895.778	44.160.687	3%

DESPESAS COM O PESSOAL

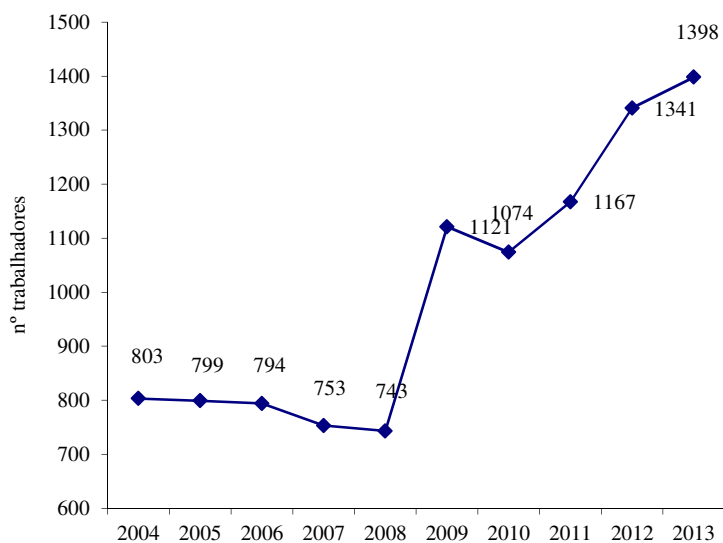
As Despesas com o Pessoal atingiram o montante de 23 769 940 euros, repartidos da seguinte forma:



As Despesas com o Pessoal decresceram 2% comparativamente ao ano anterior. Esta diminuição resulta, da transferência de funcionários para a empresa Rede Ambiente, no âmbito do contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana.

No final do ano de 2013 faziam parte do mapa do pessoal da Autarquia 1 398 funcionários, incluindo os trabalhadores transferidos do Ministério da Educação.

Evolução do pessoal do quadro



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Aquisição de Bens

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes despesas:

- material honorífico e de representação;
- material de educação;
- material de cultura e recreio;
- combustíveis e lubrificantes;
- consumos de secretaria;
- outros (bens de consumo corrente utilizados em pequenas reparações, conservações e limpezas).

Aquisição de Serviços

- encargos de instalações
- transportes e comunicações
- estudos e consultadoria
- pequenas reparações e conservações.

As despesas com a Aquisição de Bens e Serviços atingiram o valor de 19 332 549 euros, mais 8% do que no ano de 2012.

Aquisição de Bens e Serviços	2012	2013	Cresc. 12/13
Aquisição de Bens	4.977.511	4.992.719	0%
Aquisição de Serviços	12.909.847	14.339.830	11%
TOTAL	17.887.358	19.332.549	8%

O aumento de 11% na Aquisição de Serviços, deve-se, essencialmente ao fato de o Município ter celebrado, em 2013, um contrato de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, serviço este que era executado pelo pessoal da Autarquia, cuja despesa ascendeu a 2,960 milhões de euros em 2013. Assim, excluindo estes encargos, a despesa com a Aquisição de Serviços representaria uma diminuição de 8% comparativamente ao ano anterior

Inclui-se, também, nesta rubrica a despesa com o pagamento anual da dívida à EDP, negociada em 1997. O montante amortizado no ano de 2013 foi de 1 497 770,40 €, de acordo com o plano de pagamentos acordado.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Este é um capítulo residual, que inclui, entre outros, as anulações de receita cobrada através das Repartições de Finanças.

SERVIÇO DA DÍVIDA

No Serviço da Dívida, inclui-se, para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia.

No quadro seguinte explicitam-se os empréstimos de médio e longo prazo assumidos pela Autarquia:

FINALIDADES	Ano do Contrato	Entidade Credora	Capital Contratado	Capital Utilizado	Amortização do ano	Juros do ano	Amortização acumulada	Capital em dívida
Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER	1996	CGD	1.425.987	1.425.987	63.442	1.126	913.836	512.152
Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER	1996	CGD	7.651.560	7.140.003	301.461	12.280	3.755.569	3.384.433
Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER	1997	CGD	27.043.332	27.043.332	1.168.118	26.910	15.815.988	11.227.344
Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER	2000	CGD	491.805	491.805	25.897	102	316.640	175.165
Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries	1997	BPI	1.246.995	962.128	58.945	2.301	481.203	480.925
Financiamento à construção do Pavilhão Multiusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	2001	CGD	9.000.000	9.000.000	473.684	21.299	3.434.210	5.565.790
Financiamento à construção de Edifícios escolares	2009	CGD	4.710.000	4.710.000	168.976	89.983	427.295	4.282.705
Financiamento à construção de Centros Escolares	2010	BCP	5.730.000	5.730.000	191.419	109.641	325.324	5.404.676
Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (complementar)	2008	BTA	4.400.000	4.400.000	177.998	10.571	870.844	3.529.156
Financiamento à aquisição de 156 fogos habitação social na Mó S. Pedro da Cova	2008	BTA	4.007.516	4.007.516	160.951	3.804	831.317	3.176.199
Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Baguim do Monte	2008	CGD	2.601.644	2.601.644	104.488	2.470	539.684	2.061.960
Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorra, S. Cosme	2008	CGD	2.214.789	2.214.789	88.951	2.103	459.435	1.755.355
Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	2009	CGD	860.000	860.000	30.853	16.430	78.020	781.980
Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em Stª Eulália	2009	BANIF	1.520.136	1.520.136	49.817	30.017	178.742	1.341.394
Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	2009	BANIF	1.183.437	1.183.437	38.783	23.369	139.152	1.044.284
Financiamento para aquisição de 109 fogos em Stª Eulália	2009	IHRU	3.201.979	3.201.977	126.125	19.931	482.883	2.719.094
Financiamento para aquisição de 88 fogos na Triana	2009	IHRU	2.492.730	2.492.730	98.188	15.517	375.923	2.116.806
Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giesta	2009	IHRU	460.253	460.253	17.752	3.390	42.884	417.369
Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	2013	IHRU	909.700	909.700	0	0	0	909.700
TOTAL			81.151.861	80.355.436	3.345.847	391.244	29.468.949	50.886.487

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Nesta rubrica inclui-se as transferências de natureza corrente efectuadas pela Autarquia a favor de terceiros, repartidos da seguinte forma:

Transferencias correntes	2012	2013	Cresc. 12/13
Freguesias	1.342.247	1.366.219	2%
Escolas	484.209	649.948	34%
Bombeiros e Protecção Civil	501.200	501.000	0%
Associações culturais e desportivas	1.596.433	2.282.910	43%
Programas de apoios solidários	363.065	766.359	111%
Outros	273.023	111.073	-59%
TOTAL	4.560.177	5.677.510	25%

As Transferências Correntes cresceram 25 %, comparativamente ao ano anterior. Este crescimento resulta, por um lado, por ter sido pago em 2013, um tranche do programa de associativismos do ano anterior, e por outro lado, do acréscimo dos valores pagos com os

programas de apoio solidário, nomeadamente do programa Dá, Natal Solidário e .Programa de Emergência Social, da AMP.



Os valores pagos às Freguesias, no âmbito dos Protocolos de Transferências de Meios e Responsabilidades, foram os seguintes:

FREGUESIAS	Protocolo 2012	%	Protocolo 2013	%
Baguim do Monte	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Covêlo	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Fânzeres	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Foz do Sousa	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Gondomar (S. Cosme)	132.530,00	10,6%	132.530,00	10,4%
Jovim	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Lomba	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Medas	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
Melres	76.167,00	6,1%	91.400,00	7,2%
Rio Tinto	182.800,00	14,6%	182.800,00	14,4%
S. Pedro da Cova	132.530,00	10,6%	132.530,00	10,4%
Valbom	91.400,00	7,3%	91.400,00	7,2%
TOTAL	1.255.227,00	100,0%	1.270.460,00	100,0%

O valor global dos protocolos aprovados, em 2013, foi de 1 270 460 e, sendo que a diferença verificada para 2012 resulta do facto da Freguesia de Melres só ter assumido o protocolo em 1 de Março de 2012, pelo que o valor final deste cifrou-se em 76 167€, correspondente a 10 duodécimos do montante anual previsto.

3.2.2.DESVIOS ENTRE A DESPESA PREVISTA E A REALIZADA

Comparativamente ao valor previsto, a despesa global teve uma execução de 80% do Orçamento final.

DESPESA	Orçamento 2013	Execução 2013	Desvio	Taxa Exec.
Despesas do Pessoal	26.507.885	23.769.940	2.737.945	90%
Remunerações do Pessoal	19.556.335	18.131.965	1.424.370	93%
Outras Despesas com o Pessoal	6.951.550	5.637.974	1.313.576	81%
Aquisição de Bens e Serviços	25.465.177	19.332.549	6.132.628	76%
Aquisição de Bens	6.986.815	4.992.719	1.994.096	71%
Aquisição de Serviços	18.478.362	14.339.830	4.138.532	78%
Outras Despesas Correntes	1.344.000	1.058.198	285.802	79%
Serviço da Dívida	4.005.000	3.737.091	267.909	93%
Encargos Financeiros	560.500	391.244	169.256	70%
Passivos Financeiros	3.444.500	3.345.847	98.653	97%
Investimento Global	26.367.755	17.717.000	8.650.755	67%
Investimento Directo	24.131.755	16.158.681	7.973.074	67%
Transferências de Capital	2.236.000	1.558.318	677.682	70%
Activos Financeiros	0	0	0	-
Transferências correntes	6.192.000	5.677.510	514.490	92%
Outras despesas de Capital	950.500	950.000	500	100%
TOTAL	90.832.317	72.242.287	18.590.029	80%

3.3.PASSIVO MUNICIPAL

No quadro abaixo apresenta-se a evolução do Passivo Municipal, incluindo os valores de Operações de Tesouraria e das Garantias prestadas por terceiros, em posse da Autarquia.

NATUREZA	Dívida em 2012	%	Dívida em 2013	%	Variação 12/13
Empréstimos bancários a médio e longo prazo	53.322.634	46,1%	50.886.487	46,2%	-4,57%
Fornecedores e Credores de Curto prazo					
Fornecedores c/c	2.466.863	2,1%	2.506.696	2,3%	1,6%
Fornecedores de imobilizado	1.463.990	1,3%	442.810	0,4%	-69,8%
Outros credores	249.900	0,2%	87.100	0,1%	-65,1%
Sub-total	4.180.753	3,6%	3.036.606	2,8%	-27,4%
Credores por Operações de Tesouraria					
Estado e Outros entes públicos	244.484	0,2%	289.565	0,3%	18,4%
Cauções e garantias	2.465.392	2,1%	2.062.345	1,9%	-16,3%
Sub-total	2.709.876	2,3%	2.351.910	2,1%	-13,2%
EDP - Dívida consolidada a longo prazo	55.455.420	47,9%	53.957.650	48,9%	-2,7%
Total	115.668.684	100%	110.232.653	100%	-4,7%

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

De acordo com o artº 37º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, o endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da Derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local relativos ao ano anterior.

Receitas	
Impostos Municipais	23.497.696
FEF+ Participação no IRS	15.243.608
Participação no SEL	6.360
Total	38.747.663

Assim, o limite de endividamento líquido para o ano de 2013, calculado nos termos da Lei das Finanças Locais, foi de 48.434.579,10 €

Definição de endividamento líquido:

O montante de endividamento líquido resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos activos, nomeadamente, o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

De acordo com o disposto no artº 61º, da referida Lei, ficam excluídos dos limites de endividamento, os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento Municipal, os empréstimos contraídos para conclusão dos programas PER, cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 e as dívidas dos Municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988.

Passivos	Valor em 2013	Activos	Valor em 2013
Empréstimos bancários não excepcionados	25.674.831,37	Caixa + Depósitos + Investimentos Financeiros	8.869.974,03
Dívidas a fornecedores e outros credores	6.388.516,33	Créditos sobre terceiros	2.869.992,87
Acrescimos e deferimentos	3.247.135,93	Acrescimos e deferimentos	1.279.900,18
Total dos Passivos	35.310.483,63	Total dos Activos	13.019.867,08

O endividamento líquido do Município, no final do ano de 2013, foi de **22 292 973,36€**, já incluindo o endividamento das empresas participadas, nomeadamente do Metro do Porto, no montante de 2 356,81 euros, valor correspondente à participação do Município.

$$(35\,310\,483,63\,€ - 13\,019\,867,08\,€ + 2\,356,81\,€ = 22\,292\,973,36\,€)$$

Tal como aconteceu em 2012, para o ano de 2013, a Lei do Orçamento de Estado, Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro, através do seu artº 98º, veio alterar este limite estabelecendo que, no final do ano de 2013, o limite de endividamento líquido Municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- Limite de endividamento de 2012;
- Limite resultante do disposto no nº 1 do artº 37º da lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

Assim, o limite de endividamento líquido do Município para 2013 será de **31 379 430 €**, incluindo o endividamento das empresas participadas.

Da mesma forma, **o limite geral de empréstimos**, não pode exceder 100% do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da Derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local relativos ao ano anterior, ficando excluídos deste cálculo os empréstimos referidos no artº 61, da Lei das Finanças Locais.

Valor do limite de endividamento com empréstimos: 38 747 663€

Valor em dívida com empréstimos não excecionados: 25 674 831€

De salientar que as Associações de Municípios ou Empresas Intermunicipalizadas, de que a Autarquia faz parte, nomeadamente, a Área Metropolitana do Porto e a LIPOR, não têm empréstimos que contem para o cálculo do endividamento líquido.

3.4. - GRANDES OPÇÕES DO PLANO

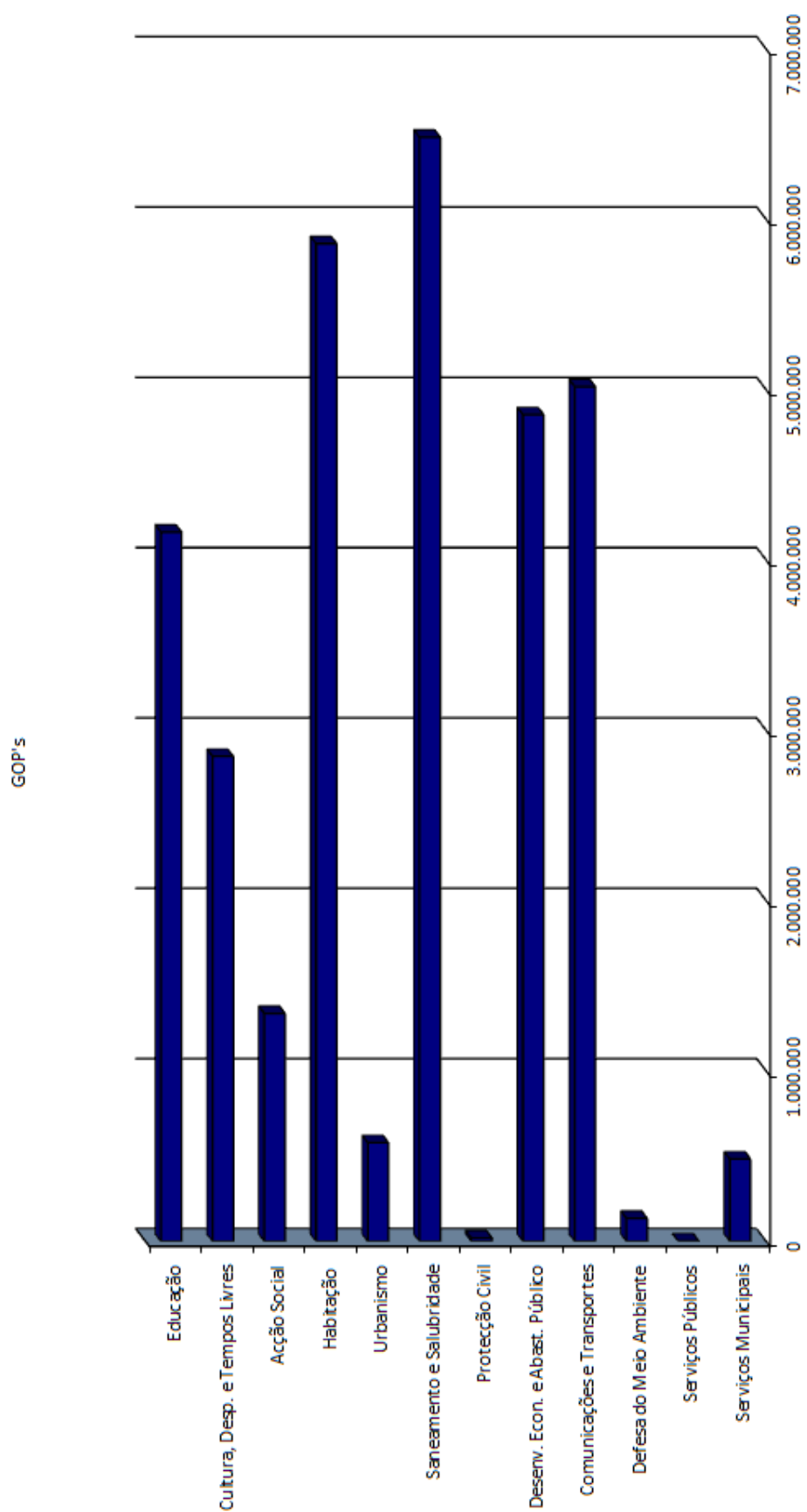
Grandes Opções do Plano	Orçamento 2013	Execução 2013	Desvio	Taxa Exec.
Educação	5.167.400	3.232.067	1.935.333	63%
Educação Pré-escolar	554.000	383.100	170.900	69%
Ensino Básico e Secundário	676.400	379.079	297.321	56%
Outros - centros escolares	3.937.000	2.469.888	1.467.112	63%
Cultura, Desporto e Tempos Livres	3.240.254	2.250.690	989.564	69%
Cultura	1.009.028	496.342	512.686	49%
Desporto e Tempos Livres	2.231.226	1.754.348	476.878	79%
Ação Social	1.470.000	1.149.869	320.131	78%
Serviços Sociais	1.445.000	1.149.869	295.131	80%
Centros Saúde	25.000	0	25.000	0%
Habituação	6.018.000	5.521.211	496.789	92%
Habituação	6.018.000	5.521.211	496.789	92%
Urbanismo	928.900	280.349	648.551	30%
Urbanização	208.000	14.758	193.242	7%
Planeamento Urbanístico	380.600	44.946	335.654	12%
Programa POLIS	302.500	220.646	81.854	73%
Revitalização e Regeneração Urbana	37.800	0	37.800	0%
Saneamento e Salubridade	7.007.150	6.440.600	566.550	92%
Rede de Esgotos	164.816	114.951	49.865	70%
Resíduos Sólidos	6.730.334	6.239.739	490.595	93%
Cemitérios	112.000	85.910	26.090	77%
Protecção Civil	29.000	18.918	10.083	65%
Protecção Civil e Bombeiros	29.000	18.918	10.083	65%
Desenvolvimento Economico	5.085.486	4.115.029	970.457	81%
Programa de Eficiencia energética	898.171	653.673	244.499	73%
Parques Industriais e de Exposição	4.134.815	3.461.357	673.458	84%
Outros	52.500	0	52.500	0%
Comunicações e Transportes	7.693.627	3.792.985	3.900.642	49%
Rede Viária e Sinalização	7.693.627	3.792.985	3.900.642	49%
Defesa do Meio Ambiente	267.500	130.256	137.244	49%
Jardins	92.500	38.498	54.002	42%
Meio Ambiente	175.000	91.758	83.242	52%
Serviços Públicos	25.000	0	25.000	0%
Edifícios	25.000	0	25.000	0%
Serviços Municipais	881.500	345.049	536.451	39%
Edifícios	130.000	4.263	125.737	3%
Equipamento dos Serviços	751.500	340.786	410.714	45%
TOTAL	37.813.817	27.277.023	10.536.794	72%

3.4.1.GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A análise da execução do Plano de Actividades é feita tendo em conta os valores realizados em termos financeiros e os valores do investimento em curso.

O valor realizado nas GOP'S, no ano de 2013, foi de 27 277 023 Euros, estando em curso obra no valor de 4 494 749 Euros, o que totaliza uma execução global de 84%, dos projetos previstos nas Grandes Opções do Plano.

Grandes Opções do Plano	Dotação	Realizado	Exec. %	Em Curso	Exec. %	Total	Exec. %
	A	B	B/A	C	C/A	D=B+C	D/A
Educação	5.167.400	3.232.067	63%	931.238	18%	4.163.306	81%
Cultura, Desp. e Tempos Livres	3.240.254	2.250.690	69%	595.851	18%	2.846.541	88%
Acção Social	1.470.000	1.149.869	78%	187.254	13%	1.337.123	91%
Habitação	6.018.000	5.521.211	92%	335.965	6%	5.857.176	97%
Urbanismo	928.900	280.349	30%	297.989	32%	578.338	62%
Saneamento e Salubridade	7.007.150	6.440.600	92%	41.318	1%	6.481.918	93%
Protecção Civil	29.000	18.918	65%	0	0%	18.918	65%
Desenv. Econ. e Abast. Público	5.085.486	4.115.029	81%	738.012	15%	4.853.041	95%
Comunicações e Transportes	7.693.627	3.792.985	49%	1.224.250	16%	5.017.235	65%
Defesa do Meio Ambiente	267.500	130.256	49%	4.396	2%	134.652	50%
Serviços Públicos	25.000	0	0%	926	4%	926	4%
Serviços Municipais	881.500	345.049	39%	137.550	16%	482.599	55%
TOTAL	37.813.817	27.277.023	72%	4.494.749	12%	31.771.771	84%



As GOP's incluem as seguintes rubricas de Capital:

- Investimento Directo;
- Transferências de Capital;

e as de natureza corrente de:

- Estudos e Projectos;
- Outros;

repartidas da seguinte forma:

GOP's	Orçamento 2012	Execução 2012	Exec. %	Em Curso 2012	Exec. %	Total	Exec. %
Investimento Global	28.527.755	19.656.672	69%	3.792.346	13%	23.449.019	82%
<i>Investimento Directo</i>	<i>24.131.755</i>	<i>16.158.681</i>	<i>67%</i>	<i>3.223.411</i>	<i>13%</i>	<i>19.382.092</i>	<i>80%</i>
<i>Transferências de Capital</i>	<i>4.396.000</i>	<i>3.497.991</i>	<i>80%</i>	<i>568.935</i>	<i>13%</i>	<i>4.066.926</i>	<i>93%</i>
Estudos e Projectos	477.728	46.695	10%	250.162	52%	296.857	62%
Outros	8.808.334	7.573.655	86%	452.240	5%	8.025.896	91%
TOTAL	37.813.817	27.277.023	72%	4.494.749	12%	31.771.771	84%

TRANSFERÊNCIAS

As Transferências de verbas destinadas a comparticipar investimentos de terceiros, atingiram o valor de 2 789 190 Euros, distribuídas da seguinte forma:

Transferências	Orçamento 2012	Execução 2012	Exec. %	Em Curso 2012	Exec. %	Total	Exec. %
LIPOR	1.100.000	944.738	86%	40.262	4%	985.000	90%
Instituições	3.296.000	2.553.253	77%	528.673	16%	3.081.926	94%
TOTAL	4.396.000	3.497.991	80%	568.935	13%	4.066.926	93%

3.4.1.CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA

Funcional	Valor	%
Serviços gerais de administração pública	545.956,19	1,0%
Administração geral	1.571.062,70	3,0%
Segurança e ordem públicas	14.456,45	0,0%
Proteção civil e luta contra incêndios	140.556,34	0,3%
Polícia Municipal	184.824,80	0,3%
Educação	514.319,43	1,0%
Ensino não superior	11.063.762,39	20,9%
Segurança Social	17,81	0,0%
Ação Social	558.037,28	1,1%
Habituação e serviços coletivos	428.795,35	0,8%
Habituação	4.160.821,37	7,9%
Ordenamento do território	588.635,60	1,1%
Saneamento	39.365,82	0,1%
Abastecimento de água	7.550,00	0,0%
Resíduos sólidos	6.347.207,92	12,0%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	3.004.424,28	5,7%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	8.775,57	0,0%
Cultura	1.399.424,18	2,6%
Desporto, recreio e lazer	4.970.806,05	9,4%
Outras atividades cívicas e religiosas	244.556,59	0,5%
Agricultura, pecuária, sivilcultura, caça e pesca	1.173,12	0,0%
Indústria e energia	2.806.022,90	5,3%
Transportes rodoviários	13.387.098,43	25,3%
Transportes aéreos	30.940,93	0,1%
Comércio e turismo	12.836,83	0,0%
Mercados e feiras	109.666,08	0,2%
Turismo	427.626,51	0,8%
Diversas não especificadas	308.286,74	0,6%
TOTAL	52.877.007,66	100,0%



IV - ANÁLISE PATRIMONIAL



BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2013			2012
		AB	AP	AL	AL
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.329.045,59		5.329.045,59	5.329.045,59
452	Edifícios	944.503,36	91.852,11	852.651,25	864.754,94
453	Outras construções e infra-estruturas	189.474.484,39	107.680.163,18	81.794.321,21	90.903.391,78
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	8.568.073,78	480.146,69	8.087.927,09	8.467.447,97
445	Imobilizações em curso	3.159.354,60		3.159.354,60	2.213.509,64
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		207.612.967,95	108.252.161,98	99.360.805,97	107.915.656,15
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	868.639,91	866.545,21	2.094,70	38.349,96
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		868.639,91	866.545,21	2.094,70	38.349,96
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	37.971.694,49		37.971.694,49	36.777.886,82
422	Edifícios e outras construções	246.082.135,78	29.020.393,06	217.061.742,72	208.933.574,64
423	Equipamento básico	3.659.043,43	2.463.586,22	1.195.457,21	1.217.415,61
424	Equipamento de transporte	2.680.436,42	2.167.491,70	512.944,72	980.621,53
425	Ferramentas e utensílios	396.792,60	307.073,69	89.718,91	74.313,56
426	Equipamento administrativo	3.548.751,29	3.058.191,55	490.559,74	549.776,61
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	3.833.806,00	3.282.385,64	551.420,36	679.295,06
442	Imobilizações em curso	14.181.473,23		14.181.473,23	14.798.889,32
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00		1.249.992,00	1.249.992,00
		313.604.125,24	40.299.121,86	273.305.003,38	265.261.765,15
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	910.653,01	371,15	910.281,86	910.281,86
412	Obrigações e títulos de participação	12.750,00		12.750,00	12.750,00
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		923.403,01	371,15	923.031,86	923.031,86
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2012			2011
		AB	AP	AL	AL
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	2.478.095,72		2.478.095,72	3.713.534,56
212	Contribuintes, c/c	80.892,92		80.892,92	123.815,70
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	311.004,23	311.004,23		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
+ 267 +	Outros devedores				
268					
214	Impostos liquidados p/ Estado				
215	Outras Entidades				
217	Clientes e utentes c/ caução				
		2.869.992,87	311.004,23	2.558.988,64	3.837.350,26
	Titulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	7.927.842,59		7.927.842,59	2.956.699,77
11	Caixa	18.728,43		18.728,43	25.793,39
		7.946.571,02		7.946.571,02	2.982.493,16
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.122.700,96		1.122.700,96	917.300,20
272	Custos diferidos	157.199,22		157.199,22	125.891,35
		1.279.900,18		1.279.900,18	1.043.191,55
	Total das amortizações		149.417.829,05		
	Total das provisões		311.375,38		
	Total do activo	535.105.600,18	149.729.204,43	385.376.395,75	382.001.838,09

BALANÇO

Código das contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos próprios		
51	Património	172.097.252,93	171.961.437,93
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.344.269,21	1.296.924,57
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3.089.375,26	2.961.019,47
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	23.311.729,09	22.412.180,88
88	Resultado líquido do exercício	-3.769.151,12	946.892,85
		196.073.475,37	199.578.455,70
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	6.659.906,87	6.664.751,67
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	50.886.486,83	53.322.633,70
2689	Credores de médio e longo prazo	53.957.649,79	55.455.420,19
		104.844.136,62	108.778.053,89
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
23112	Empréstimos de curto prazo - encargo anual do M/L prazo		
26892	Divida à EDP - encargo anual do M/L prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	269.071,79	685.733,51
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.237.624,58	1.781.129,93
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	313.506,15	1.441.038,55
24	Estado e outros entes públicos	281.945,14	244.483,99
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	2.157.064,88	2.715.292,51
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	1.129.303,79	22.951,32
		6.388.516,33	6.890.629,81
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.247.135,93	3.044.567,76
274	Proveitos diferidos	68.163.224,63	57.045.379,26
		71.410.360,56	60.089.947,02
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	385.376.395,75	382.001.838,09

Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Custas e Perdas	Exercícios			
		2013		2012	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias				
616	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos	18.748.787,67		16.132.469,81	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	19.372.258,51		19.236.145,35	
643 a 648	Encargos sociais	4.964.695,04	43.085.741,22	4.817.883,33	40.186.498,49
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	5.329.660,25	5.329.660,25	4.506.754,48	4.506.754,48
66	Amortizações do exercício	15.866.951,52		14.504.225,36	
67	Provisões do exercício	124.789,20	15.991.740,72	348.657,44	14.852.882,80
65	Outros custos e perdas operacionais	463.001,43	463.001,43	209.256,13	209.256,13
	(A)		64.870.143,62		59.755.391,90
68	Custos e perdas financeiras	436.031,59	436.031,59	919.681,55	919.681,55
	(C)		65.306.175,21		60.675.073,45
69	Custos e perdas extraordinárias	2.099.201,04	2.099.201,04	1.637.362,37	1.637.362,37
	(E)		67.405.376,25		62.312.435,82
	Resultado líquido do exercício	0,00	-3.769.151,12	0,00	946.892,85
			63.636.225,13		63.259.328,67
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	50.073,31		1.302,80	
7112+7113	Vendas de produtos	10.226,43			
712+715	Prestações de serviços	6.227.436,27		6.475.146,25	
713	Rendas	4.868.659,29	11.156.395,30	4.438.085,59	10.914.534,64
72	Impostos e taxas	23.548.267,94		24.695.019,27	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	26.207.493,08		25.312.733,04	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		49.755.761,02		50.007.752,31
	(B)		60.912.156,32		60.922.286,95
78	Proveitos e ganhos financeiros	317.580,05	317.580,05	114.622,00	114.622,00
	(D)		61.229.736,37		61.036.908,95
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.406.488,76	2.406.488,76	2.222.419,72	2.222.419,72
	(F)		63.636.225,13		63.259.328,67

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-3.957.987,30	1.166.895,05
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-118.451,54	-805.059,55
Resultados correntes (D)-(C)	-4.076.438,84	361.835,50
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-3.769.151,12	946.892,85

ANÁLISE AO BALANÇO

IMOBILIZADO

Os investimentos efectuados, no ano de 2013, em Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público atingiram o montante de 15 769 713,03 €, estando em curso imobilizado no montante de 12 134 869,85 €.

As transferências de Imobilizado em curso para o Imobilizado técnico foram de 11 633 879,56 € e o montante dos abates foi de 665 590,26 €

A diminuição de Imobilizado bruto, por alienação, foi de 1 845 314,85 euros

O processo de inventariação do imobilizado da Autarquia encontra-se actualizado

DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de terceiros, no final do ano, atingiram o valor de 4 061 487,52 € e desdobram-se da seguinte forma:

Receitas liquidadas e não cobradas referentes a pedidos de reembolsos de contratos e acordos de comparticipação para os seguintes projectos:

Programa URBAN II	346 550,26 €
-------------------	--------------

POLIS	1 891 367,30 €
-------	----------------

Receita virtualizada:

Impostos e Taxas	312 325,55 €
------------------	--------------

Venda de bens e serviços	319 749,76 €
--------------------------	--------------

Total	2 869 992,87 €
--------------	-----------------------

DISPONIBILIDADES

Do montante em caixa de 18 728,43€, o valor em numerário é de 14 390,28 € sendo que o valor em cheques recebidos, por depositar em 30 de Dezembro, é de 4 338,15 €. O saldo em depósitos à ordem é de 7 927 842,59 €.

ENDIVIDAMENTO

O valor global da dívida no final do ano de 2013 é de 110 232 653 euros distribuída da seguinte forma:

NATUREZA	Dívida em 2012	%	Dívida em 2013	%	Variação 12/13
Empréstimos bancários a médio e longo prazo	53.322.634	46,1%	50.886.487	46,2%	-4,57%
Fornecedores e Credores de Curto prazo					
Fornecedores c/c	2.466.863	2,1%	2.506.696	2,3%	1,6%
Fornecedores de imobilizado	1.463.990	1,3%	442.810	0,4%	-69,8%
Outros credores	249.900	0,2%	87.100	0,1%	-65,1%
Sub-total	4.180.753	3,6%	3.036.606	2,8%	-27,4%
Credores por Operações de Tesouraria					
Estado e Outras entidades	244.484	0,2%	289.565	0,3%	18,4%
Cauções e garantias	2.465.392	2,1%	2.062.345	1,9%	-16,3%
Sub-total	2.709.876	2,3%	2.351.910	2,1%	-13,2%
EDP - Dívida consolidada a longo prazo	55.455.420	47,9%	53.957.650	48,9%	-2,7%
Total	115.668.684	100%	110.232.653	100%	-4,7%

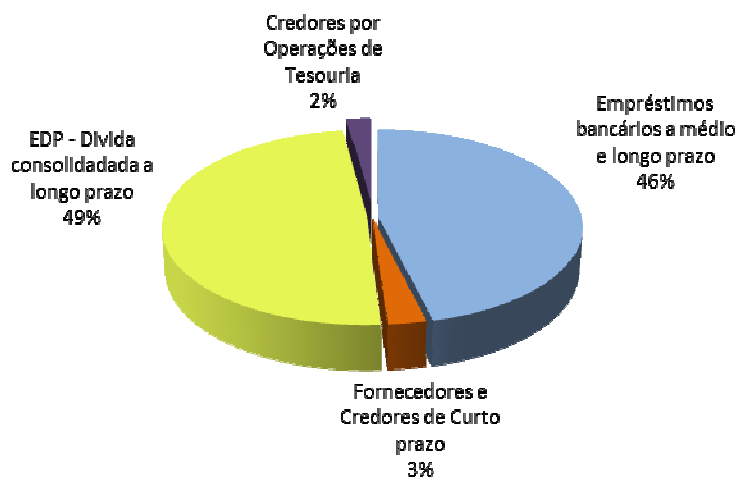
Da análise do quadro verifica-se que:

- O Passivo Global Municipal diminuiu em 5 436 031 €, de 2012 para 2013, e resulta, essencialmente, da diminuição da dívida de fornecedores e outros credores que decresceu em 27,4 %, comparativamente com o ano anterior.
- A dívida com empréstimos bancários, que representa 46,2 % do Passivo Municipal, diminuiu 4,57%, relativamente a 2012.
- Dos restantes valores, 2,1% referem-se a credores por operações de tesouraria dos quais 1,9% são relativos a credores por garantias e cauções diversas.

A dívida com a EDP, que representa 48,9% do valor global da dívida, foi negociada pelo Executivo, em Julho de 1997, e, resultou de facturação não paga, referente a energia fornecida pela EDP, entre 1978 e 1988, e que, no final de 1994, atingia o valor global de 201 132 166,48 €, incluindo os respectivos juros de mora.

Após a negociação, o valor da dívida foi fixado em 68 136 855,18 €, excluindo-se, do acordo inicial, todos os juros reclamados. Foi, ainda, incluído neste acordo, o débito aos SMAS do Porto, referente ao fornecimento de água nos anos de 1992 e 1993 no montante de 4 077 351,47€

O mapa do anexo 8.3.6.1 retrata a composição da dívida com empréstimos a médio e longo prazo.



CUSTOS E PROVEITOS

Os Proveitos totais gerados pela Autarquia foram de 63 636 225,13 Euros, enquanto que os Custos e Perdas do exercício foram de 67 405 376,25€.

O Resultado Líquido do Exercício, gerado durante o ano de 2013, foi negativo e atingiu o valor de 3 769 151,12 €

PROVEITOS DIFERIDOS

Na rubrica de proveitos diferidos encontram-se inscritos os valores referentes a comparticipações de investimentos amortizáveis. Inclui, também, os proveitos referentes à cedência de créditos futuros, por 20 anos, das rendas de habitação, operação realizada em 2006.

Os movimentos do ano incluem as comparticipações recebidas, as amortizações e eventuais regularizações.



Finalidade	Valor até 2012	2013	Total
Programa URBAN	2.343.270,43	-72.950,89	2.270.319,54
Biblioteca Municipal	1.053.439,26	-14.430,68	1.039.008,58
ON - Pavilhão Multiusos de Gondomar	2.934.831,66	-39.131,09	2.895.700,57
ON - Espaço Ourivesaria	145.165,68	-7.640,30	137.525,38
ON - Parque escolar de Gondomar	161.898,72	-2.102,58	159.796,14
ON - Via estruturante Norte Sul / 2 passagens inferiores s/ linha de leixões	63.795,05	-4.781,48	59.013,57
ON - Reabilitação urbana da zona da Triana	52.378,67	-3.081,10	49.297,57
ON - Ligação da Ponte do Sousa a Jancido	329.496,38	-18.305,36	311.191,02
ON - Construção da Nova Ponte sobre o Sousa	250.719,56	-13.928,86	236.790,70
ON - Eixos Viários	87.011,95	-5.118,35	81.893,60
ON - Beneficiação da estrada D. Miguel	952.174,80	-63.539,27	888.635,53
ON - Quinta da Bandeirinha	417.168,30	-7.057,28	410.111,02
PSC - Metropolis Digital	0,00	71.374,88	71.374,88
PSC - Espaço Internet	39.063,91	-19.531,96	19.531,95
POA - Vale do Rio Tinto	590.712,73	-196.904,25	393.808,48
INH - Per	782.218,49	-10.864,15	771.354,34
Programa POLIS	8.472.560,08	-445.924,22	8.026.635,86
QREN - Escola do Seixo	334.802,37	-7.074,43	327.727,94
QREN - Escola da Bela Vista 2	568.661,46	-9.610,87	559.050,59
QREN - Escola da Arroiteia	425.299,25	-5.427,51	419.871,74
QREN - Escola de S. Caetano 1	290.619,05	-7.768,75	282.850,30
QREN - Escola do Passal	156.981,20	-2.003,63	154.977,57
QREN - Centro Escolar de Valbom	2.510.078,99	-31.773,15	2.478.305,84
QREN - Centro Escolar de Carvalhal -Mó	1.730.921,33	121.480,70	1.852.402,03
Parque Tecnológico e de Negócios de Ourivesaria	1.309.341,62	2.766.452,91	4.075.794,53
QREN - Centro Escolar de Boavista - Lourinha	2.760.296,44	-34.503,71	2.725.792,73
QREN - Centro Escolar de Baguim do Monte	1.606.065,95	356.701,69	1.962.767,64
QREN - Centro Escolar de Gondomar	2.391.246,13	-30.268,94	2.360.977,19
QREN - Centro Escolar da Venda Nova	1.955.868,37	-24.757,83	1.931.110,54
QREN- Ligação da Rua dos Carregais (IC29) à EN 209	347.269,33	-34.723,11	312.546,22
QREN- Ligação da Avenida da Conduta à Z.I. da Portelinha	299.889,23	-29.985,62	269.903,61
QREN - Quadros Interactivos	33.139,80	-11.046,60	22.093,20
QREN - Plano Municipal de Emergência	0,00	46.902,73	46.902,73
Escola E.B. 2,3 de Rio de Tinto	924.285,39	4.265.973,63	5.190.259,02
Escola E.B. 2,3 de Gondomar	900.490,12	4.738.159,54	5.638.649,66
Alargamento da Rede Pre-Escolar - DREN	552.426,19	-7.356,93	545.069,26
Habitação Social	1.258.378,30	-18.821,46	1.239.556,84
Pro-Habita	6.150.045,95	1.024.753,85	7.174.799,80
Outros - cedência de créditos futuros	11.821.819,60	-1.068.729,88	10.753.089,72
Outros proveitos diferidos	41.547,52		16.737,20
Total	57.045.379,26	11.142.655,69	68.163.224,63

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

Nesta rubrica registam-se os proveitos reconhecidos em Dezembro de 2013, mas que só se traduzirão em receita em 2014.

Natureza	Valor
Impostos directos cobrados pelas Repartições de Finanças	
IMI	309.870,59
IMT	327.568,28
IUC	288.003,23
Autarquica	4.728,40
Sisa	16.541,66
Derrama	18.175,54
Juros de mora e compensatorios	7.027,33
Juros de depósitos bancários	379,87
Comparticipação diversas	29.641,75
Rendas de habitação	60.999,71
Coimas e penalidades	9.954,03
Comissão de encargos cobrança das rendas habitação	49.810,57
Total	1.122.700,96

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Os acréscimos de custos incluem os custos do exercício de 2013 a liquidar em exercícios futuros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Natureza	Valor
Telefones, Água, Energia e Gás	160.540,61
Outros bens e serviços	71.085,55
Encargos a pagar à administração central pelas liquidações efectuadas	23.837,14
Juros de empréstimos e outros encargos financeiros	49.593,28
Subsidios concedidos	359.941,73
Férias e Subsídio de férias a pagar ao pessoal	2.043.278,02
Despesas e encargos c/ pessoal do mês de Dezembro	538.859,60
Total	3.247.135,93

CUSTOS DIFERIDOS

Os valores referentes às despesas pagas em 2013, mas que se referem a custos de 2014, explicitam-se no mapa a seguir:

Natureza	Valor
Rendas de edifícios	7.066,37
Seguros	150.132,85
Total	157.199,22

BALANÇO SINTÉTICO

Descrição	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	374.138.803	98%	373.590.936	98%	-547.867	0%
Dívidas de Terceiros	3.837.350	1%	2.558.989	1%	-1.278.362	-33%
Disponibilidades	2.982.493	1%	7.946.571	2%	4.964.078	166%
Acréscimos e deferimentos	1.043.192	0%	1.279.900	0%	236.709	23%
Activo	382.001.838	100%	385.376.396	101%	3.374.558	0,9%
Património	171.961.438	86%	172.097.253	86%	135.815	0%
Reservas	4.257.944	2%	4.433.644	2%	175.701	4%
Resultados	23.359.074	12%	19.542.578	10%	-3.816.496	-16%
Fundos Próprios	199.578.455	100%	196.073.475	98%	-3.504.980	-1,8%
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazo	108.778.054	60%	104.844.137	57%	-3.933.917	-4%
Provisões para riscos e encargos	6.664.752	4%	6.659.907	4%	-4.845	0%
Dívidas a Terceiros - a curto prazo	6.890.630	4%	6.388.516	4%	-502.113	-7%
Acréscimos e deferimentos	60.089.947	33%	71.410.361	39%	11.320.414	19%
Passivo	182.423.383	100%	189.302.921	104%	6.879.538	3,8%

Da análise comparativa, verifica-se que:

O Activo Líquido da Autarquia cresceu 0,9%, relativamente ao ano anterior. Este aumento resulta, fundamentalmente, das disponibilidades (mais 4,96 milhões de euros).

O Passivo apresenta um acréscimo de 3,8%. Este aumento resulta da rubrica de Acréscimos e Deferimentos, nomeadamente dos Proveitos Deferidos resultante das participações destinadas a Investimentos, sendo que a Dívidas a Terceiros diminui em 4%, comparativamente a 2012.

Os Fundos Próprios decresceram 1,8%, relativamente ao ano de 2012.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custas e Perdas						
Matérias Primas	0	0%	0	0%	0	-
Fornecimento e serviços externos	16.132.470	26%	18.748.788	28%	2.616.318	16%
Pessoal	24.054.029	39%	24.336.954	36%	282.925	1%
Transf. e subsídios correntes concedidos	4.506.754	7%	5.329.660	8%	822.906	18%
Amortizações e provisões do exercício	14.852.883	24%	15.991.741	24%	1.138.858	8%
Custos Operacionais	209.256	0%	463.001	1%	253.745	121%
Custos Financeiros	919.682	1%	436.032	1%	-483.650	-53%
Outros Custos	1.637.362	3%	2.099.201	3%	461.839	28%
Total	62.312.436	100%	67.405.376	100%	5.092.940	8%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	10.914.535	17%	11.156.395	18%	241.861	2%
Impostos e Taxas	24.695.019	39%	23.548.268	37%	-1.146.751	-5%
Transf. e subsídios correntes obtidos	25.312.733	40%	26.207.493	41%	894.760	4%
Outros proveitos e ganhos						
Proveitos Financeiros	114.622	0%	317.580	0%	202.958	177%
Outros Proveitos	2.222.420	4%	2.406.489	4%	184.069	8%
Total	63.259.329	100%	63.636.225	100%	376.896	1%

Os Proveitos do Exercício são de 63 636 225 euros, tendo aumentado em 1% relativamente ao ano anterior.

Os Custos do Exercício atingiram o valor de 67 405 376 euros, tendo aumentado 8 % comparativamente a 2012.

Os Resultados líquidos obtidos foram de – 3 769 151,12 euros.

CUSTOS E PERDAS

Os Fornecimentos e Serviços Externos desagregam-se da seguinte forma:

Fornecimentos e serviços externos	Valor 2012	%	Valor 2013	%	Variação %
Electricidade - Iluminação publica	2.055.136,46	11,0%	2.209.268,28	11,8%	7,5%
Electricidade - Consumo de energia	1.283.713,37	7,1%	1.359.291,15	7,3%	5,9%
Combustiveis	1.959.113,00	10,2%	1.348.754,43	7,2%	-31,2%
Água	639.129,62	3,9%	602.782,81	3,2%	-5,7%
Outros fluidos	48.509,91	0,2%	8.900,27	0,0%	-81,7%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	24.878,21	0,2%	35.075,31	0,2%	41,0%
Livros e documentação técnica	92,83	0,0%	322,60	0,0%	247,5%
Material de escritório	106.797,98	1,0%	165.393,52	0,9%	54,9%
Artigos para oferta	15.135,48	0,2%	43.357,28	0,2%	186,5%
Rendas e alugueres	266.770,98	3,6%	253.692,96	1,4%	-4,9%
Despesas de representação	1.469,77	0,0%	2.152,90	0,0%	46,5%
Comunicação	297.620,87	2,0%	290.236,29	1,5%	-2,5%
Seguros	219.318,17	1,5%	91.887,56	0,5%	-58,1%
Deslocações e estadas	251,76	0,0%	0,00	0,0%	-100,0%
Comissões	3.087,93	0,0%	3.409,02	0,0%	10,4%
Honorários	24.970,21	0,1%	9.529,96	0,1%	-61,8%
Conservação e reparação	1.576.116,32	14,3%	2.122.752,02	11,3%	34,7%
Publicidade e propaganda	102.270,28	1,5%	38.260,58	0,2%	-62,6%
Limpeza, higiene e conforto	2.655.821,90	16,0%	5.946.918,73	31,7%	123,9%
Vigilância e segurança	138.651,76	0,7%	124.137,05	0,7%	-10,5%
Trabalhos especializados	380.950,30	4,0%	458.438,31	2,4%	20,3%
Encargos de cobrança	824.636,34	4,6%	765.928,66	4,1%	-7,1%
Outros fornecimentos e serviços	3.508.026,36	17,6%	2.868.297,98	15,3%	-18,2%
Total	16.132.469,81	100%	18.748.787,67	100%	16,2%

Os custos com Bens e Serviços apresentam um aumento de 16,2% comparativamente ao ano de 2012. Este aumento resulta da rubrica de limpeza, higiene e conforto, e refere-se ao contrato de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana que o Município celebrou com uma empresa, e que no ano de 2013 atingiu o montante de 3 291 156,33€, serviço este que anteriormente era executado diretamente pelos funcionários da Autarquia. Assim, se excluirmos estes encargos, verifica-se que os custos com os fornecimentos de Bens e Serviços apresentariam uma diminuição de 4% comparativamente a 2012.

Os custos com pessoal apresentam um acréscimo de 1%.

Outros Custos Operacionais incluem os custos com as quotizações da Autarquia, a restituição de impostos cobrados pela administração central e outros, e ainda, com indemnizações pagas.

Custos financeiros incluem os juros suportados por empréstimos e garantias.

Custos e perdas extraordinárias desagregam-se da seguinte forma:

Custas e Perdas Extraordinárias	2013
Transferencias de Capital concedidas	1.581.034
Dívidas Incobráveis	37.464
Perdas em imobilizações	355.109
Correcções de exercícios anteriores	125.594
Total	2.099.201

PROVEITOS E GANHOS

Dos Proveitos do Exercício salienta-se a rubrica de prestações de serviços e rendas, abaixo indicadas:

Prestações de serviços	2013
Aluguer de espaços e equipamentos	14.000
Serviços culturais e desportivos	1.437.784
Resíduos sólidos	4.419.011
Mercados e feiras	274.563
Outros	82.078
Total	6.227.436

Rendas	2013
Habitações	1.331.380
Edifícios	242.130
Concessões e outros	3.295.149
Total	4.868.659

Os Proveitos Financeiros incluem, essencialmente, os juros de depósitos e o valor referente aos dividendos da empresa Portegás

Proveitos e ganhos financeiros	2013
Juros e ganhos financeiros	153.302
Ganhos em entidades participadas	164.278
Total	317.580

Os Proveitos Extraordinários resultam, essencialmente, da aplicação de multas e outras penalidades, do reembolso pela ARS dos consumos de energia dos Centro de Saúde de Valbom e Rio Tinto, e da amortização dos projectos comparticipados.

Proveitos e Ganhos Extraordinários	2013
Alienação de imobilizações corpóreas	427.377
Benefícios de penalidades contratuais	231.658
Reduções amortizações e de provisões	42.767
Correcções de exercicios anteriores	48.505
Outros	1.656.182
Total	2.406.489

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 do Balanço -“Património”- terá que ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Activo Líquido. No exercício corrente, esta premissa está, como se pode verificar no Balanço, largamente salvaguardada.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal explicita que a conta 571 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, sendo o Resultado Líquido de 2013, negativo, não há lugar a aplicação de resultados.



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que a seguir se apresentam, respeitam a ordem apresentada no ponto 8 do POCAL, explicitando-se apenas as notas que têm significado ou são aplicadas à Autarquia.

8.1 Caracterização da Entidade

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o POCAL, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
1	Identificação da entidade: MUNICIPIO DE GONDOMAR	
1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município, 4420-193 GONDOMAR	
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 22 466 05 66	
	Número de identificação Fiscal : 506 848 957	
1.3	NÚMEROS DE ELEITORES	
	MUNICÍPIO	Até 10 000 <input type="checkbox"/>
		Mais de 10 000 e menos de 40 001 <input type="checkbox"/>
		Igual ou superior a 40 000 <input checked="" type="checkbox"/>
2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
	Data de constituição	Publicado no D.R.
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
	A Câmara tem Serviços Municipalizados?	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:	
3.2	ORGÃOS	
	Tem órgãos de natureza consultiva?	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N
	Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)	<input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N
3.3	ORGANOGRAMA	
	O organograma encontra-se anexo ao relatório.	
4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4

5	RECURSOS HUMANOS		8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
(De 1 de Janeiro até 23 de Outubro de 2013)			
Presidente:	Valentim dos Santos de Loureiro		
Vice-Presidente	José Luís da Silva Oliveira		
Vereadores:	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa		
	Daniela Jorge Pinto de Loureiro Himmel		
	Joaquim Manuel Moura Castro Neves		
	Justino da Cruz Santos		
	Carlota Ferreira Brás César Teixeira		
	Arménio Lino Martins		
	Rui Ferreira de Espinheira Quelhas		
	Leonel Arcanjo Neves Viana		
	Maria Isabel Coelho Santos		
(De 24 de Outubro até 31 de Dezembro de 2013)			
Presidente:	Marco André dos Santos Martins Lopes		
Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo		
Vereadores:	Maria Aurora Moura Vieira		
	Carlos Alberto Silva Brás		
	José Fernando da Silva Moreira		
	Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão		
	Hélder Vasco dos Santos Figueiredo		
	Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho		
	Rui Ferreira de Espinheira Quelhas		
	Rosalina Sofia Neves Martins		
	Joaquim dos Santos Barbosa		
Vice-Presidente			1
Em regime de permanência			4
A meio tempo			0
Restantes vereadores			5
6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		8.1.6
1- Descrição das características do Sistema informático		SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica POCAL disponibilizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC)	
2- Demonstrações Financeiras intervalares documentadas		S	<input checked="" type="checkbox"/>
3- Descentralização contabilística		S	<input checked="" type="checkbox"/>
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE		8.1.7
7.1 Fundos Municipais atribuídos			
	Corrente	Capital	Total
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.718.567,00	2.179.642,00	10.898.209,00
Fundo Social Municipal	2.194.852,00		2.194.852,00
Participação no IRS	4.345.399,00		4.345.399,00
TOTAL	15.258.818,00	2.179.642,00	17.438.460,00
7.2 Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação 29.618.742,00			
7.3 Acções de Fiscalização			
Identificação da última inspecção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:			
Data de acção -26/03/09 a 16/06/2009 - Período abrangido 01/01/2006 a 31/12/2008 - Entidade _IGF			
Auditoria "Controlo do Endividamento do Município" - Procº 2009/25/A3/417			

8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respectivos balanços e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem um imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da autarquia local:

A Autarquia de Gondomar implementou o novo sistema de contabilidade (POCAL), no ano de 2003. Este novo sistema preceitua a existência simultânea e coordenada de três tipos de registos contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e Custos.

A contabilidade de Custos, foi implementada, no corrente ano de 2013, apresentando-se o quadro sintético do apuramento por funções.

8.2.2 Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de exercício anterior:

Não aplicável

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados:

- Os bens de Imobilizado Corpóreo e de Domínio Público encontram-se registados no património da Autarquia pelo valor de aquisição, quando conhecido ou pelo valor de avaliação, segundo os critérios técnicos adequados. Nos bens móveis, o critério utilizado foi idêntico, sendo que para os valores do Imobilizado em Curso, o critério valorimétrico é o do valor de aquisição ou de construção;
- Os Investimentos Financeiros (partes em capital) estão registados pelo valor de aquisição e foi feito um reajustamento de valor provocado pela correcção da moeda (de escudos para euros);
- As Dívidas de e a Terceiros são expressas pelos valores constantes nos documentos que as titulam;
- As disponibilidades de Caixa e Depósitos exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas bancárias;
- As Amortizações foram calculadas segundo o método de quotas constantes e das taxas previstas na Portaria 671/2000 de 17 de Abril;
- As provisões foram calculadas de acordo com o estabelecido no POCAL,

8.2.4. – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afectado:

Não aplicável

8.2.6. – Comentários às contas 431 “ Despesas de Instalação” e 432 “ Despesas de Investigação e de Desenvolvimento:

Não aplicável

8.2.7 - Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Os respectivos mapas apresentam-se mais adiante como anexos – Activo Bruto e Amortizações e Provisões.

8.2.8 – As rubricas dos mapas atrás referidos encontram-se desagregados nos “Mapas das amortizações” e “Mapa anexo às demonstrações financeiras” de modo que sejam evidenciados as seguintes informações:

Descrição do activo imobilizado;

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação; valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;

Taxas de amortização;

Amortização do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do activo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do activo imobilizado.

8.2.9. – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Não aplicável

8.2.10. – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável

8.2.12. – Imobilizações em poder de terceiros cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

A Autarquia celebrou, em 2001, um contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento. No âmbito deste contrato foi cedido o seguinte imobilizado à Empresa Águas de Gondomar:

Designação	Localização	Tipo
Central Elevatória	Baguim do Monte - Lar dos Pequenininos	Enterrada
Reservatório	Covelo - Serra	Apoiado
Reservatório	Fânzeres -Portelinha	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Compostela	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Zebreiros	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Jancido	Apoiado
Reservatório	Jovim - Oliveiras	Apoiado
Central Elevatória	Jovim - Tronco	
Captação	Lomba	
Reservatório	Lomba	Apoiado
Reservatório	Medas	Apoiado
Captação	Melres	
Central Elevatória	Melres - Sobreira	
Central Elevatória	Melres- Moreira	
Central Elevatória	Melres – Vilarinho	
Central Elevatória	Melres - EN 108	
Reservatório	Melres - Brânzelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Oliveiras	Elevado
Reservatório	Rio Tinto – Medancelhe	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - Coop. Mãos à Obra Soutelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - PER de Carreiros	Enterrado
Reservatório	S. Cosme - Coop. dos Func. Judiciais	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Valechão	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Gandra	
Reservatório I	S. Cosme - Ramalde	Elevado
Reservatório II	S. Cosme - Ramalde	Apoiado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Elevado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bela Vista	Elevado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bocas	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Outeiro	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bairro Mineiro	Enterrado
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Beloi	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Ervedosa	

Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Estrada nova	
Reservatório	Valbom - PER do Monte	Enterrado
Contadores de Água	15mm	45 794 un.
Contadores de Água	20mm	25 094 un.
Contadores de Água	25mm	147 un.
Contadores de Água	30mm	223 un.
Contadores de Água	40mm	512 un.
Contadores de Água	50mm	223 un.
Contadores de Água	60mm	2 un.
Contadores de Água	65mm	9 un.
Contadores de Água	70mm	22 un.
Contadores de Água	80mm	14 un.
Contadores de Água	100mm	3 un.
Contadores de Água	150mm	2 un.
Contadores de Água	200mm	3 un.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia – não existem

Imobilizações reversíveis:

Terrenos cedidos em direito de superfície para construção de parque de estacionamento no Largo Luís de Camões, S. Cosme e construção do Hospital Escola Fernando Pessoa.

Conta 448 – Adiantamentos por conta do imobilizado: O Município tem um contrato de renda resolúvel por 6 anos para aquisição das lojas sitas no Parque de estacionamento do largo de Camões, pelo valor global de 1 249 992,00€, reflectidos no Balanço.

8.2.13.- Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Não aplicável

8.2.14. – Relação dos bens que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

Não aplicável

8.2.15. – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.

Não aplicável

8.2.16. – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção do exercício.

Designação da Empresa	Sede	Participação do Município			Capitais Próprios	Resultado Líquido		Valor do Cap. Próprio Participado	Diferença entre valor part.e valor contab.
		Natureza	Parcela detida	%		Valor	Ano		
Águas Douro e Paiva, SA	Rua do Vilar, 235-ª 4050-626 Porto	168 437 acções	842.185	4,34%	29.314.828	2.280.683	2013	1.272.264	430.079
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA	Rua Linha de Torres, 41 4350-214 Porto	3 600 acções	17.964	0,23%	172.939.000	19.909.000	2013	392.572	374.608
PRIMUS MGV- Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	Rua Engº frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	100 acções	499	0,06%	200.947	-2.905	2013	123	-366 a)
Metro do Porto, SA	Av. dos Aliados, 236-1ª 4000-065 Porto	1 acção	5	0,00%	-1.780.836.662	-41.415.396	2013	0	-5 a)
Gondomar, Coração de Ouro, EM	Av. Multúos. 4420-015 Gondomar	50 000 acções	50.000	100,00%	85.757	29.280	2013	85.757	35.757

a) Foi constituída a respectiva provisão

Na sua globalidade os valores das participações apresentam-se adequados.

8.2.17. – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável

8.2.18. – Discriminação da conta “ Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores do balanço.

Não aplicável

8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

Não aplicável

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Conta 218 311 004,23 €

Os saldos das contas 216 e 214 do balancete não se reflectem no Balanço

8.2.23 - Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não aplicável

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cações prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e cauções de terceiros						
0932	Garantias e cauções de terceiros prestadas	11.949.488,27		840.754,91		12.790.243,18	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	47.476,93				47.476,93	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	4.544.650,93		615.995,11		5.160.646,04	
09323	Prestadas por Credores diversos	7.357.360,41		224.759,80		7.582.120,21	
0933	Garantias e cauções de terceiros Devolvidas				585.892,77		585.892,77
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				47.476,93		47.476,93
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				538.415,84		538.415,84
09333	Devolvidas a Credores diversos						
0934	Garantias e cauções de terceiros Accionadas						
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Accionadas a Credores diversos						
	Total de Garantias e Cauções	11.949.488,27	0,00	840.754,91	585.892,77	12.204.350,41	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	24.027,04			10.358,23	13.668,81	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
	Total de Recibos para Cobrança	24.027,04		0,00	10.358,23	13.668,81	
	Total	11.973.515,31		840.754,91	596.251,00	12.218.019,22	

Garantias prestadas a Terceiros:

Da CGD	244 762,96 €
Do Banco Santander Totta	21 545,89 €

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

CONTAS		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria				
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	224.137,26	86.866,97		311.004,23
292	Provisões para Riscos e Encargos	6.664.751,67	4.777,25	9.622,05	6.659.906,87
39	Provisões para Depreciação de Existências				
49	Provisões para Investimentos Financeiros	371,15			371,15

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Conta 51 – Aumento resultante de Bens móveis e imóveis, já pertencentes à Autarquia mas que ainda não se encontravam incluídos no Inventário Inicial, aprovados pelos órgãos competentes, registados nesta conta conforme instruções do Satapocal.

Conta 572 – Aumento das Reservas legais, de acordo com a aplicação de resultados de 2012.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável

8.2.30 - Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	393.262	916.745	781	Juros obtidos	152.702	111.215
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	164.278	0
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		3.407
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	42.770	2.937	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados Financeiros	-118.452	-805.060	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	601	
	Total	317.580	114.622			317.580	114.622

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	1.581.034	1.107.001	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis	37.464	10.408	792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	355.109	434.026	794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	427.377	245.566
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	231.658	21.519
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	125.594	645	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	42.767	510.636
698	Outros custos e perdas extraordinárias		85.282	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	48.505	1.444.698
	Resultados extraordinários	307.288	585.057			1.656.182	
	Total	2.406.489	2.222.420		Total	2.406.489	2.222.420

MAPAS ANEXOS

8.2.7 – Mapa do activo bruto e das Amortizações e provisões.

Activo Bruto (Imobilizado Bruto)						Unidade Euros	
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajust.	Aumentos	Alienações	Sinistros + Abates + Transferências	Saldo Final	
De Bens de domínio público							
Terrenos e recursos naturais	5.329.045,59					5.329.045,59	
Edifícios	944.503,36					944.503,36	
Outras construções e infra-estruturas	187.626.189,75	135.815,00			1.712.479,64	189.474.484,39	
Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23					137.506,23	
Outras bens de domínio público	8.504.928,10				63.145,68	8.568.073,78	
Imobilizações em curso	2.213.509,64		2.775.873,81		-1.830.028,85	3.159.354,60	
Adiantamentos por conta de bens de domínio público							
	204.755.682,67	135.815,00	2.775.873,81		-54.403,53	207.612.967,95	
De Imobilizações incorpóreas							
Despesas de instalação							
Despesas de investigação e desenvolvimento							
Propriedade industrial e outros direitos	868.639,91					868.639,91	
Imobilizações em curso							
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas							
	868.639,91					868.639,91	
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	36.777.886,82		221.087,17		806.159,00	37.799.133,07	
Edifícios e outras construções	234.498.910,22		2.799.076,00	5.999,92	8.784.149,56	246.082.135,78	
Equipamento básico	3.470.628,50		232.383,10		-43.968,17	3.659.043,43	
Equipamento de transporte	4.536.055,86		15.304,24	1.839.314,93	-31.608,75	2.680.436,42	
Ferramentas e utensílios	363.318,38		39.421,25		-5.947,03	396.792,60	
Equipamento administrativo	3.471.791,69		207.029,11		-130.069,51	3.548.751,29	
Taras e vasilhame							
Outras imobilizações corpóreas	3.770.959,02		120.542,31		-57.695,33	3.833.806,00	
Imobilizações em curso	14.798.889,32		9.358.996,04		-9.803.850,71	14.354.034,65	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas							
	302.938.431,81		12.993.839,22	1.845.314,85	-482.830,94	313.604.125,24	
De Investimentos Financeiros							
Partes de capital							
Obrigações e títulos de participação	910.653,01					910.653,01	
Investimentos em imóveis	12.750,00					12.750,00	
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Outras aplicações financeiras							
Depósitos em instituições financeiras							
Títulos de dívida pública							
Outros títulos							
Imobilizações em curso							
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros							
	923.403,01					923.403,01	

Ano: 2013

Amortizações e Provisões

Unidade Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Rergularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851				
Edifícios	4852	79.748,42	12.103,69		91.852,11
Outras construções e infra-estruturas	4853	96.722.797,97	10.957.365,21		107.680.163,18
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855				
Outras bens de domínio público	4859	37.480,13	442.666,56		480.146,69
		96.840.026,52	11.412.135,46	0,00	108.252.161,98
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832				
Propriedade industrial e outros direitos	4833	830.289,95	36.255,26		866.545,21
		830.289,95	36.255,26	0,00	866.545,21
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821				
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	25.560.406,33	3.484.724,45	31.604,89	29.013.525,89
Outras construções	48222	4.929,25	1.937,92		6.867,17
Equipamento básico	4823	2.253.212,89	273.827,90	63.454,57	2.463.586,22
Equipamento de transporte	4824	3.555.434,33	123.087,77	1.511.030,40	2.167.491,70
Ferramentas e utensílios	4825	289.004,82	22.539,96	4.471,09	307.073,69
Equipamento administrativo		2.922.015,08	265.992,70	129.816,23	3.058.191,55
Taras e vasilhame	4827				
Outras imobilizações corpóreas	4829	3.091.663,96	246.450,10	55.728,42	3.282.385,64
		37.676.666,66	4.418.560,80	1.796.105,60	40.299.121,86
Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811				
Edifícios e outras construções	4812				
Edifícios	48121				
Outras construções	48122				
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	371,15			371,15
Obrigações e títulos de participação	492				
Outras aplicações financeiras	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951				
Títulos de dívida pública	4952				
Outros títulos	4953				
		371,15	0,00	0,00	371,15

8.2.14 - Relação dos Bens por inventariar

Não aplicável



8.3.61 – Mapa dos empréstimos

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO																	ANO 2013			
Data aprova- Municipal	Data contrato	Visto Tribunal Contas	Nº registo	FINALIDADES	limite empréstimo	Entidade Credora	Capital		Taxa de juro		Fase de amortização	Anos decorridos	Encargos do ano		Encargos pagos		Amortizações acumuladas (a 31 de Dezembro)	Encargos do ano vencidos	Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro
							Contratado	Utilizado	Inicia- l	atual			Amortização	Juros	Amortização	Juros				
				Empréstimo de curto prazo																
08-09-95	18-12-96	89023	04-12-96	Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	1425.987,37	1425.987,37	2,6%	04%	25	16	63.442,06	1.126,43	63.442,06	1.126,43	913.835,82		575.593,61	512.161,55
20-03-97	10-02-97	6298	10-02-97	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	7.651.653,74	7.140.002,56	2,2%	04%	25	14	301.460,91	12.279,84	301.460,91	12.279,84	3.755.563,48		3.686.893,99	3.384.433,08
25-07-93	28-12-98	37366	15-10-98																	
01-08-97	07-07-97	35960	07-07-97	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BCP/	27.043.331,58	27.043.331,58	1,5%	02%	25	14	1.168.117,87	26.309,59	1.168.117,87	26.309,59	15.815.987,64		12.395.461,81	11.227.343,94
23-01-98	11-3-98	7164	11-3-98	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	CGD	491.804,75	491.804,74	1,2%	01%	20	12	25.896,65	102,14	25.896,65	102,14	316.640,05		201.061,34	175.184,69
11-02-00	08-09-00	1486	12-07-00																	
13-07-01	03-09-01	a)		Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries (I)	(a)	CGD	1.246.994,74	962.128,43	14%	05%	20	12	58.944,97	2.301,33	58.944,97	2.301,33	481.203,02		539.870,38	480.925,41
16-06-05	23-06-05	1896	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Municipal de Gondomar - (FEDER) - (I)	(d)	BST	9.000.000,00	9.000.000,00	2,3%	03%	19	7	473.684,20	21.299,13	473.684,20	21.299,13	3.334.210,45		6.039.473,75	5.565.789,55
18-02-09	09-03-09	522	28-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(d)	CGD	1.574.797,00	1.574.797,00	2,8%	20%	25	3	56.497,35	30.085,90	56.497,35	30.085,90	142.868,91		1.488.427,44	1.431.930,09
16-06-10	23-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(d)	BCP	2.580.407,00	2.580.407,00	3,0%	20%	25	2	86.202,08	49.374,93	86.202,08	49.374,93	146.489,85		2.520.119,23	2.433.917,15
Sub-Total (empréstimos excepcionados)							51.014.882,18	50.218.458,68			2.234.246,09	143.479,29	2.234.246,09	143.479,29	2.234.246,09	143.479,29	25.006.803,21		27.445.901,55	25.211.655,46
28-02-07	03-03-08	1409	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (complementar) para o Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens	—	BST	4.400.000,00	4.400.000,00	5,0%	03%	25	4	177.997,81	10.570,90	177.997,81	10.570,90	870.843,98		3.707.153,83	3.529.156,02
28-02-07	03-03-08	1415	04-02-08	Fogos de habitação Social - MG, S. Pedro da Cova	—	CGD	4.007.516,00	4.007.516,00	2,4%	01%	25	4	160.951,20	3.804,37	160.951,20	3.804,37	831.316,93		3.337.150,27	3.176.189,07
28-02-07	03-03-08	1413	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Bagum do Monte	—	CGD	2.601.644,00	2.601.644,00	2,4%	01%	25	4	104.488,11	2.463,75	104.488,11	2.463,75	539.683,63		2.166.448,48	2.061.980,37
18-02-09	09-03-09	1414	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorita, S. Cosme	—	CGD	2.214.789,20	2.214.789,20	2,4%	01%	25	4	88.951,11	2.102,51	88.951,11	2.102,51	459.434,67		1.844.305,64	1.755.354,53
18-02-09	09-03-09	521	28-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	—	CGD	860.000,00	860.000,00	2,8%	20%	25	3	30.853,33	16.429,96	30.853,33	16.429,96	78.019,92		812.833,41	781.980,08
18-02-09	09-03-09	522	28-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	—	CGD	3.135.203,00	3.105.203,00	2,8%	20%	25	3	112.478,43	59.896,86	112.478,43	59.896,86	284.428,18		2.963.253,25	2.860.774,82
09-07-09	10-08-09	1857	08-10-09	Financiamento complementar para a aquisição de 109 fogos em S.ª Eulália	—	BANIF	1.520.136,00	1.520.136,00	3,2%	22%	25	3	49.816,97	30.017,32	49.816,97	30.017,32	178.742,49		1.391.210,48	1.341.393,51
09-07-09	10-08-09	1854	08-10-09	Financiamento complementar para a aquisição de 88 fogos na Triana	—	BANIF	1.183.436,80	1.183.436,80	3,2%	22%	25	3	38.782,89	23.968,69	38.782,89	23.968,69	163.152,35		1.083.067,34	1.044.284,45
09-07-09	10-08-09	1855	08-10-09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em S.ª Eulália	—	IFRU	3.201.978,80	3.201.977,20	11%	07%	25	3	126.124,51	19.931,38	126.124,51	19.931,38	482.883,22		2.845.216,49	2.719.093,98
09-07-09	10-08-09	1856	08-10-09	Financiamento para aquisição de 88 fogos na Triana	—	IFRU	2.492.729,60	2.492.729,60	11%	07%	25	3	98.187,56	15.516,52	98.187,56	15.516,52	375.923,13		2.214.994,03	2.116.806,47
06-08-09	16-11-09	188	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giesta	—	IFRU	460.253,00	460.253,00	11%	09%	25	2	17.752,05	3.390,46	17.752,05	3.390,46	42.883,55		435.121,50	417.369,45
16-06-10	23-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	—	BCP	3.149.593,00	3.149.593,00	3,0%	20%	25	2	105.216,51	60.266,05	105.216,51	60.266,05	178.834,08		3.075.975,43	2.970.756,92
27-12-12	02-07-13	1118	23-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	—	IFRU	909.699,70	909.699,70	11%	14%	25	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	909.699,70
Sub-Total (empréstimos não excepcionados)							30.136.979,10	30.136.977,50			1.111.600,48	247.764,77	1.111.600,48	247.764,77	1.111.600,48	247.764,77	4.462.146,13		25.876.732,15	25.674.831,37
TOTAL							81.151.861,28	80.355.436,18			3.345.846,57	391.244,06	3.345.846,57	391.244,06	3.345.846,57	391.244,06	29.468.949,35		53.322.633,70	50.886.486,83

O Responsável da Divisão Financeira,

(a) Empréstimo contratado ao abrigo do DL 38-C/2001 de 8/2 - al. a) n.º 2 do art.º 61

(b) - Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio - art.º 21 aditado pela Lei n.º 34/96 de 29/6 e Lei 20/2007 - al. b) n.º 2 art.º 61

(c) - Lei n.º 42/88 de 6/8 - al. c) do n.º 6 do art.º 24 e Lei 22/2007 - al. a) n.º 2 do art.º 61

(d) - Lei n.º 55-B/2004 (OE) do n.º 6 do art.º 20 - projetos comparticipados FEDER e Lei 2/2007 - al. a) n.º 2 do art.º 61

Limite de endividamento de 2012 (valor em 31/12/2011 - art.º 66 Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro) = 31 379 430 € - limite de curto prazo = 3 137 794€

Limite de endividamento nos termos do n.º 1 do art.º 37 da Lei 22/2007 = 48 434 579 €



V CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

De acordo com a Portaria 474/2010 de 1 de Julho foram aprovadas as orientações genéricas relativas à consolidação de contas do sector público administrativo, incluindo a Administração Local

Nos termos do ponto 3 da referida Portaria, a entidade mãe, aquela que tem uma ou mais entidades controladas por si, é obrigada a consolidar as contas do grupo público de que é detentora, salvo os casos em que a consolidação pode ser dispensada. No entanto, e porque é entendimento do SATAPOCAL, que os Municípios devem sempre apresentar contas consolidadas, iremos assim proceder à apresentação do Balanço e demonstração de resultados consolidados.

As entidades participadas pelo Município de Gondomar são as seguintes:

Empresa	Nº Acções	Parcela detida
Águas Douro e Paiva, SA	168 437	4,3%
Portegás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA	3 600	0,2%
PRIMUS MGV- Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	100	0,06%
Metro do Porto, SA	1	0%
Gondomar, Coração de Ouro, EM	50 000	100%

Daqui resulta que apenas a empresa Gondomar, Coração de Ouro, EM, detida em 100 % pelo Município fará parte da consolidação agora em causa.

A Empresa municipal apresenta um total no Balanço de 104 032.81 € e resultados líquidos no montante de 20 345.10€, valores materialmente irrelevantes quando comparados com os do Município.

O método utilizado será o da consolidação integral

As notas às demonstrações financeiras consolidadas não apresentadas não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a sua análise.

Câmara Municipal de Gondomar
BALANÇO CONSOLIDADO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2013			2012
		AB	AP	AL	AL
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.329.045,59		5.329.045,59	5.329.045,59
452	Edifícios	944.503,36	91.852,11	852.651,25	864.754,94
453	Outras construções e infra-estruturas	189.474.484,39	107.680.163,18	81.794.321,21	90.903.391,78
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	8.568.073,78	480.146,69	8.087.927,09	8.467.447,97
445	Imobilizações em curso	3.159.354,60		3.159.354,60	2.213.509,64
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		207.612.967,95	108.252.161,98	99.360.805,97	107.915.656,15
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91	866.545,21	2.494,70	38.749,96
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		869.039,91	866.545,21	2.494,70	38.749,96
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	37.971.694,49		37.971.694,49	36.777.886,82
422	Edifícios e outras construções	246.082.135,78	29.020.393,06	217.061.742,72	208.933.574,64
423	Equipamento básico	3.665.955,42	2.465.789,28	1.200.166,14	1.223.040,04
424	Equipamento de transporte	2.700.217,42	2.187.272,70	512.944,72	980.621,53
425	Ferramentas e utensílios	396.792,60	307.073,69	89.718,91	74.313,56
426	Equipamento administrativo	3.549.971,60	3.059.411,86	490.559,74	549.776,61
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	3.845.695,70	3.289.058,24	556.637,46	685.791,53
442	Imobilizações em curso	14.181.473,23		14.181.473,23	14.798.889,32
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00		1.249.992,00	1.249.992,00
		313.643.928,24	40.328.998,83	273.314.929,41	265.273.886,05
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	860.653,01	371,15	860.281,86	860.281,86
412	Obrigações e títulos de participação	12.750,00		12.750,00	12.750,00
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		873.403,01	371,15	873.031,86	873.031,86
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				

BALANÇO CONSOLIDADO					
Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2013			2012
		AB	AP	AL	AL
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	2.480.685,38		2.480.685,38	3.714.654,37
212	Contribuintes, c/c	80.892,92		80.892,92	123.815,70
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	311.004,23	311.004,23		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	4.220,86		4.220,86	3.189,74
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				160,82
214	Impostos liquidados p/ Estado				
215	Outras Entidades				
217	Clientes e utentes c/ caução				
		2.876.803,39	311.004,23	2.565.799,16	3.841.820,63
	Titulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	7.998.005,75		7.998.005,75	2.995.896,84
11	Caixa	18.822,71		18.822,71	25.831,46
		8.016.828,46		8.016.828,46	3.021.728,30
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.122.700,96		1.122.700,96	917.300,20
272	Custos diferidos	158.635,24		158.635,24	127.277,49
		1.281.336,20		1.281.336,20	1.044.577,69
	Total das amortizações		149.447.706,02		
	Total das provisões		311.375,38		
	Total do activo	535.174.307,16	149.759.081,40	385.415.225,76	382.009.450,64

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO CONSOLIDADO

Código das contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos próprios		
51	Património	172.097.252,93	171.961.437,93
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.348.702,26	1.301.357,62
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3.089.375,26	2.961.019,47
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	23.313.773,24	22.418.538,11
88	Resultado líquido do exercício	-3.748.806,02	942.579,77
		196.100.297,67	199.584.932,90
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	6.659.906,87	6.664.751,67
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	50.886.486,83	53.322.633,70
2689	Credores de médio e longo prazo	53.957.649,79	55.455.420,19
		104.844.136,62	108.778.053,89
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
23112	Empréstimos de curto prazo - encargo anual do M/L prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	255.284,79	668.440,81
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.237.624,58	1.781.129,93
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	313.506,15	1.441.038,55
24	Estado e outros entes públicos	297.784,28	252.949,90
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	2.157.064,88	2.715.292,51
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	1.129.303,79	22.951,32
		6.390.568,47	6.881.803,02
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.257.091,50	3.054.529,90
274	Proveitos diferidos	68.163.224,63	57.045.379,26
		71.420.316,13	60.099.909,16
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	385.415.225,76	382.009.450,64

Demonstração de Resultados Consolidada

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2013		2012	
	Custas e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias				
616	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos	18.755.613,08		16.162.452,25	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	19.439.716,62		19.292.040,93	
643 a 648	Encargos sociais	4.980.118,60	43.175.448,30	4.831.069,66	40.285.562,84
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	5.238.861,65	5.238.861,65	4.433.262,83	4.433.262,83
66	Amortizações do exercício	15.869.146,39		14.506.420,23	
67	Provisões do exercício	124.789,20	15.993.935,59	354.233,78	14.860.654,01
65	Outros custos e perdas operacionais	463.154,36	463.154,36	209.256,13	209.256,13
	(A)		64.871.399,90		59.788.735,81
68	Custos e perdas financeiras	436.226,10	436.226,10	920.100,24	920.100,24
	(C)		65.307.626,00		60.708.836,05
69	Custos e perdas extraordinárias	2.104.238,05	2.104.238,05	1.637.539,20	1.637.539,20
	(E)		67.411.864,05		62.346.375,25
	Resultado líquido do exercício		-3.748.806,02		942.579,77
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	50.073,31		1.302,80	
7112+7113	Vendas de produtos	10.226,43			
712+715	Prestações de serviços	6.253.997,89		6.503.430,74	
713	Rendas	4.868.659,29	11.182.956,92	4.438.085,59	10.942.819,13
72	Impostos e taxas	23.548.267,94		24.695.019,27	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares			35,90	
74	Transferências e subsídios obtidos	26.207.493,08		25.312.733,04	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		49.755.761,02		50.007.788,21
	(B)		60.938.717,94		60.950.607,34
78	Proveitos e ganhos financeiros	317.580,05	317.580,05	114.622,00	114.622,00
	(D)		61.256.297,99		61.065.229,34
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.406.760,04	2.406.760,04	2.223.725,68	2.223.725,68
	(F)		63.663.058,03		63.288.955,02

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-3.932.681,96	1.161.871,53
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-118.646,05	-805.478,24
Resultados correntes (D)-(C)	-4.051.328,01	356.393,29
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-3.748.806,02	942.579,77

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1 – Informação relativa às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas;

Entidade incluída no perímetro de consolidação:

Nome: Gondomar Coração de Ouro, E.M;

Sede: Avenida Multiusos, 4420-015 Gondomar;

Motivo de inclusão na consolidação: detenção da totalidade do capital;

Número médio de trabalhadores: 4 trabalhadores;

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Designação da entidade	Sede	% capital social detido pelo Município
Metro, S.A.	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 7.º, 4350-158 Porto	0,000067%
Portgás- Sociedade de Produção e Distribuição de Gás	Rua Linhas Torres, 41, 4350-214 Porto	0,23%
Aguas Douro & Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235, 5.º, 4050-626 Porto	4,34%
PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, 236, 4.º, 4000-065 Porto	0,06%

Motivo de exclusão do perímetro de consolidação: materialidade e relevância.

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada;

Foram aplicadas as normas de consolidação do método da simples agregação.

3 - Informações relativas aos procedimentos de consolidação;

Foram eliminadas as operações recíprocas entre o Município e empresa Gondomar Coração de Ouro:

Participação do capital social 50 000,00 €;

Saldo da conta clientes e da conta fornecedores : 15 202,80 €

Facturação da empresa ao Município no montante de 113 854,95 €;

4 - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46º, nº 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo consolidado
	Município de Gondomar	Gondomar Coração de Ouro, E.M.	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
2312 - Empréstimos bancários	50.886.486,83		50.886.486,83		50.886.486,83
2689 - Credores de Médio e Longo Prazo - EDP	53.957.649,79		53.957.649,79		53.957.649,79
Total	104.844.136,62	0,00	104.844.136,62		104.844.136,62

5 - Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Descrição dos saldos e fluxos financeiros (art. 46º, nº1 da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Tipo de Fluxos	Município de Gondomar / Gondomar Coração de Ouro, E.M.									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	23.157,83	113.854,95		121.809,98	15.202,80					
Participações do capital em espécie										
Participações do capital em numerário										
Outros										
Total	23.157,83	113.854,95		121.809,98	15.202,80					

6 - Informações relativas a compromissos

6.1 - Montantes globais dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado:

Não aplicável;

6.2 - Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas:

Não aplicável;

7 - Informações relativas as políticas contabilísticas

7.1 - Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras e consolidadas designadamente amortizações e provisões:

O activo imobilizado deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Quando os respectivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período;

7.2 - Cotações utilizadas para conversão em euros:

Não aplicável;

8 - Informações relativas a determinadas rubricas**8.1. Comentário das rubricas despesas de instalação e despesas de investigação;**

Não aplicável;

8.2. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado:

Método da simples agregação;

8.3. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados:

Não aplicável;

8.4. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável;

8.5. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções nestas, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

Membros do Conselho de Administração e Fiscalização		Remunerações anuais
Período de 01/01/2013 até 13/11/2013		
Presidente	Valentim dos Santos Loureiro	- €
Vogal	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa	- €
Vogal	Lucinda da Conceição Martins Soares	- €
Período de 24/10/2013 até 31/12/2013		
Presidente	Marco André Martins	- €
Vogal	Luís Filipe Castro de Araújo	- €
Vogal	Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão	- €
Período de 01/01/2013 até 31/12/2013		
ROC	DIZ, Silva & Duarte, SROC	3.407,04 €

Nota: A sociedade DIZ, SROC, substitui o Dr. Murílio Marques por falecimento deste.

8.6. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os exercícios anterior

Não aplicável;

8.7. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Não aplicável;



MAPAS DE ACORDOS DE PAGAMENTO

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artº 19 do Dec - Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.



CERTIFICAÇÃO DE CONTAS



1/4

[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “**Município de Gondomar**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 385.376.395,75 euros e um total de fundos próprios de 196.073.475,37 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.769.151,12 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 72.242.287,31 euros de despesa paga e um total de 77.388.804,65 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



2/4
[Signature]

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, associada à sua dispersão, assim como à insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado corpóreo, quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, proveniente de exercícios anteriores, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas apresentadas no balanço, assim como das correspondentes amortizações e dos subsídios para investimentos e, consequentemente, dos seus efeitos nos resultados.
8. As dívidas a terceiros de curto prazo, tipificadas em fornecedores e outros credores, relevadas no Balanço ascendem a € 6.106.571,19. Os procedimentos de confirmação externa dos saldos destas rubricas permitiram-nos apenas confirmar o montante de € 2.496.662,74. Dada a extensão das entidades que configuram fornecedores e outros credores e multiplicidade dos movimentos associados às respetivas contas correntes, os procedimentos alternativos de auditoria que desenvolvemos não nos permitem formar uma opinião devidamente fundamentada sobre os saldos destas rubricas, bem como sobre eventuais passivos contingentes.
9. O balanço releva dívidas a Instituições de Crédito no montante de € 50.886.486,83. Todavia, com base nas circularizações externas efetuadas às Instituições de Crédito constatamos que as mesmas indicaram um valor em dívida de € 66.720.683,44.



3/4

A divergência de € 15.834.196,61 está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação, durante 20 anos. Não dispomos de informação adicional que nos permita formar uma opinião fundamentada sobre esta divergência.

10. As dívidas a Instituições de Crédito estão refletidas na totalidade no passivo de médio e longo prazo, sendo que, deste total, a parte a amortizar em 2014, que estimamos em € 3.400.000,00, deveria estar refletida no passivo de curto prazo – encargo anual do M/L prazo.

OPINIÃO

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, bem como os efeitos da situação descrita no parágrafo nº 10, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “Município de Gondomar” em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

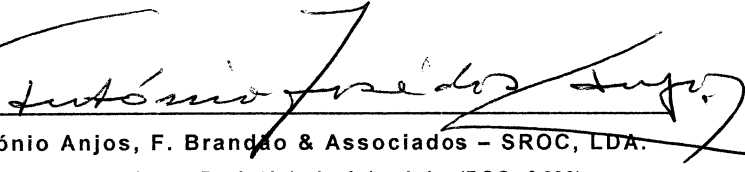
13. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:



4/4

- 13.1. É divulgado na nota 8.2.12 do anexo às demonstrações financeiras, relação das imobilizações em poder de terceiros cedidas no âmbito de contratos de concessão da exploração dos serviços municipais de abastecimento de água e saneamento.
- 13.2. O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 79,53%, sendo 83,62% nas despesas correntes e 71,56% nas despesas de capital. Já o grau de execução geral das receitas foi de 85,20%, sendo 94,56% nas receitas correntes e 65,53% nas receitas de capital.
- 13.3. Pela análise dos elementos das apólices de seguros que referenciamos no processo de auditoria concluímos que as mesmas não permitem uma adequada cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em Imobilizações Corpóreas.

Porto, 21 de abril de 2014



António Anjos, F. Brandão & Associados – SROC, LDA.

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)



1/2

Jugon

**RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR
EXERCÍCIO DE 2013**

Exmos. Senhores Membros:

Do Órgão Deliberativo

Do Município de Gondomar

1. Em cumprimento do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, “*António Anjos, F. Brandão & Associados – SROC, Lda.*” na qualidade de auditor externo do Município de Gondomar apresenta o Relatório da auditoria desenvolvida, bem como parecer sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2013.

RELATÓRIO

2. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade do Município através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtida junto dos serviços.

Procedemos à verificação da regularidade dos livros, valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, por amostragem, através da análise das contas, dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados que lhe estão subjacentes.

3. No âmbito das nossas funções verificamos que:

- 3.1. Os documentos de execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras do Município, foram preparados de acordo com as disposições legais, devendo atender-se ao efeito das situações descritas na certificação legal das contas;



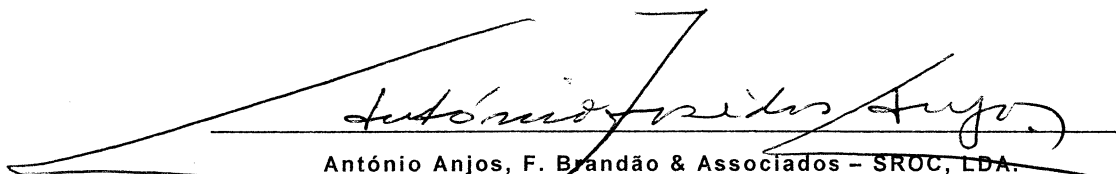
2/2

- 3.2. O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da actividade e da situação do Município, evidenciando os aspectos mais significativos, devendo, de igual modo, atender-se ao efeito das situações descritas na certificação legal das contas.
4. Obtivemos declaração do Órgão Executivo, a qual, entre outros elementos e informações, atesta que estão registados todos os activos e todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
5. Decorrente da revisão legal das contas do Município emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório e parecer.

PARECER

6. Face ao exposto, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos nos pontos precedentes, considerando o efeito das situações descritas na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Municipal aprove:
- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta da aplicação do resultado líquido do exercício contida no Relatório de Gestão.

Porto, 21 de abril de 2014



António Anjos, F. Brandão & Associados - SROC, LDA.

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **"Município de Gondomar"**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 385.415.225,76 euros e um total de fundos próprios de 196.100.297,67 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 3.748.806,02 euros) e a Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa



base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo do Município, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, associada à sua dispersão, assim como à insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado corpóreo, quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, proveniente de exercícios anteriores, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas apresentadas no balanço, assim como das correspondentes amortizações e dos subsídios para investimentos e, consequentemente, dos seus efeitos nos resultados.
8. As dívidas a terceiros de curto prazo, tipificadas em fornecedores e outros credores, relevadas no Balanço ascendem a € 6.092.784,19. Os procedimentos de confirmação externa dos saldos destas rubricas permitiram-nos apenas confirmar o montante de € 2.496.662,74. Dada a extensão das entidades que configuram fornecedores e outros credores e multiplicidade dos movimentos associados às respetivas contas correntes, os procedimentos alternativos de auditoria que desenvolvemos não nos permitem formar uma opinião devidamente fundamentada sobre os saldos destas rubricas, bem como sobre eventuais passivos contingentes.
9. O balanço releva dívidas a Instituições de Crédito no montante de € 50.886.486,83. Todavia, com base nas circularizações externas efetuadas às Instituições de Crédito constatamos que as mesmas indicaram um valor em dívida de € 66.720.683,44.



A divergência de € 15.834.196,61 está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação, durante 20 anos. Não dispomos de informação adicional que nos permita formar uma opinião fundamentada sobre esta divergência.

10. As dívidas a Instituições de Crédito estão refletidas na totalidade no passivo de médio e longo prazo, sendo que, deste total, a parte a amortizar em 2014, que estimamos em € 3.400.000,00, deveria estar refletida no passivo de curto prazo – encargo anual do M/L prazo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

OPINIÃO

12. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, bem como os efeitos da situação descrita no parágrafo nº 10, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **“Município de Gondomar”** em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

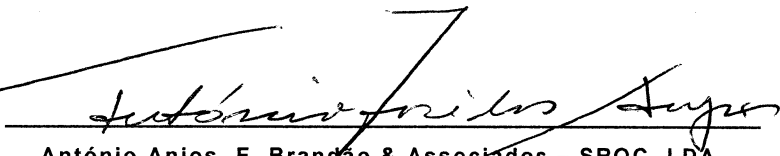
ÊNFASES

13. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 13.1. É divulgado na nota 8.2.12 do anexo às demonstrações financeiras, relação das imobilizações em poder de terceiros cedidas no âmbito de contratos de concessão da exploração dos serviços municipais de abastecimento de água e saneamento.



- 13.2. O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 79,53%, sendo 83,62% nas despesas correntes e 71,56% nas despesas de capital. Já o grau de execução geral das receitas foi de 85,20%, sendo 94,56% nas receitas correntes e 65,53% nas receitas de capital.
- 13.3. Pela análise dos elementos das apólices de seguros que referenciamos no processo de auditoria concluímos que as mesmas não permitem uma adequada cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em Imobilizações Corpóreas.

Porto, 21 de abril de 2014



António Anjos, F. Brandão & Associados – SROC, LDA.

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)



1/2

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR
EXERCÍCIO DE 2013

Exmos. Senhores Membros:

Do Órgão Deliberativo

Do Órgão Executivo

Do Município de Gondomar

1. Em cumprimento do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, e em conformidade com as normas previstas na Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, a qual aprovou a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do Sector Público Administrativo, “António Anjos, F. Brandão & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas” na qualidade de auditor externo do **Município de Gondomar** apresenta o Relatório da auditoria desenvolvida, bem como parecer sobre o balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados e anexos às demonstrações financeiras consolidadas, que constituem os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2013.
2. Com base nas análises a que procedemos, na documentação que nos foi disponibilizada, emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, que faz parte integrante deste relatório.
3. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - 3.1. O balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e anexo às demonstrações financeiras consolidadas, foram preparados de acordo com as disposições legais, devendo atender-se aos efeitos das situações descritas na certificação legal das contas consolidadas;
 - 3.2. O Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade e da situação do Município e da entidade incluída na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos, devendo, de igual modo, atender-se aos efeitos das situações descritas na certificação legal das contas consolidadas.



2/2

PARECER

4. Face ao exposto, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em conta os elementos e os documentos referidos nos pontos precedentes, considerando os efeitos das situações descritas na Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos de parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Porto, 21 de abril de 2014

António Anjos, F. Brandão & Associados – SROC, LDA.

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)